

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL
UNIDADE LITORAL NORTE - OSÓRIO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO**

JAQUELINE APARECIDA MACHADO

**BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: A EMERGÊNCIA DE UMA
SUBJETIVIDADE COMPETENTE**

**OSÓRIO
2022**

JAQUELINE APARECIDA MACHADO

**BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: A EMERGÊNCIA DE UMA
SUBJETIVIDADE COMPETENTE**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa 1: Currículos e Políticas na Formação de professores.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rochele da Silva Santaiana

**OSÓRIO
2022**

Catálogo de Publicação na Fonte

M149b	Machado, Jaqueline Aparecida. Base Nacional Comum Curricular: a emergência de uma subjetividade competente / Jaqueline Aparecida Machado. – Osório, 2022. 79 f. Orientadora: Prof. Rochele da Silva Santaiana Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Mestrado Profissional em Educação, Unidade em Litoral Norte - Osório, 2022. 1. BNCC. 2. Competência. 3. Currículo. 4. Neoliberalismo. 5. Subjetividade. I. Santaiana, Rochele da Silva. II. Título.
-------	---

Ficha catalográfica elaborada por Laís Nunes da Silva CRB10/2176.

JAQUELINE APARECIDA MACHADO

**BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: A EMERGÊNCIA DE UMA
SUBJETIVIDADE COMPETENTE**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em: ___/___/_____, pela banca examinadora.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rochele da Silva Santaiana (PPGED-MP/UERGS)

Prof.^a Dr.^a Veronice Camargo da Silva (PPGED-MP/UERGS)

Prof.^a Dr.^a Rita Cristine Basso Soares (PPGED-MP/UERGS)

Prof.^a Dr.^a Morgana DomênicaHattge (PPG ENSINO/Univates)

RESUMO

Esta dissertação de mestrado tem como objetivo analisar em que medida a noção de competência apresentada na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) compõe um campo de possibilidades para constituição de uma subjetividade que procura formar sujeitos competentes no bloco da alfabetização. A temática está centrada nas questões curriculares inseridas em uma racionalidade neoliberal emergente na educação brasileira. Desse modo, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) restringe o bloco da alfabetização (1º, 2º e 3º anos do ensino fundamental), bem como o material da Associação Nova Escola enquanto materiais empíricos a serem estudados. A condução da investigação se dá pela seguinte problemática: Como a noção de competência apresentada na BNCC compõe um campo de possibilidades para constituição de uma subjetividade que procura formar sujeitos competentes no bloco da alfabetização? Buscando tensionar, analisar, pesquisar e refletir, o trabalho toma como campo teórico-metodológico a perspectiva pós-estruturalista, com as teorias produzidas por Michel Foucault, abordando a temática do currículo através da análise do conceito de competência na alfabetização, apresentado na Base Nacional Comum Curricular, operando com as ferramentas teóricas analíticas, governo biopolítico e discurso. Para pensar nesse contexto e na trajetória que a BNCC possui como documento regulador, esta dissertação opera com o aporte teórico de outros autores para além de Michel Foucault, os quais contribuem com as reflexões e com as escritas, além dos documentos legais, como Alfredo Veiga Neto (2000), Sylvio Gadelha (2009), Karla Saraiva (2014), Kamila Lockmann (2020), Christian Laval (2019) entre outros. Metodologicamente a pesquisa está organizada em capítulos que tratam sobre a) a caminhada percorrida e os inquietamentos para realização desta pesquisa, b) a metodologia de pesquisa e o campo teórico, c) os caminhos históricos para a emergência da BNCC, destacando as três versões do documento, d) o neoliberalismo e a educação como estratégia biopolítica, tensionando um currículo voltado para competências utilizando planos de aula desenvolvidos pela Associação Nova Escola, baseados na Base Nacional Comum Curricular como material de análise, e) a proposta do produto final que é a de suscitar um olhar analítico-crítico em uma formação para docentes e discentes das licenciaturas sobre a política curricular. Assim, a BNCC pelo fato de ser uma referência obrigatória na construção dos currículos escolares emerge como um documento que propõe práticas visíveis no gerenciamento das condutas dos sujeitos, que operam no âmbito das subjetividades neoliberais, e que, ao mesmo tempo, delineiam quais conhecimentos, atitudes ou performances devem ser privilegiados na composição dos currículos escolares.

Palavras-chave: BNCC; Competência; Currículo; Neoliberalismo; Subjetividade.

ABSTRACT

This master's thesis aims to analyze to what extent the notion of competence presented in the Base Nacional Comum Curricular (BNCC) composes many possibilities for the constitution of a subjectivity that seeks to form competent people in the literacy block. The theme is centered on curriculum issues inserted in an emerging neoliberal rationality in Brazilian education. I point out that the Base Nacional Comum Curricular (BNCC) restricts the literacy block (1st, 2nd and 3rd years of elementary school) and the material of the Associação Nova Escola as empirical material to be studied. The research is conducted by the following issue: How the notion of competence presented in the BNCC composes many possibilities for the constitution of subjectivity that seeks to form competent people in the literacy block? Seeking to provoke, analyze, research and reflect the work takes as theoretical and methodological perspective the post-structuralist, with the theories produced by Michel Foucault, approaching the issue of curriculum through the analysis of the concept of competence in literacy, presented in the Base Nacional Comum Curricular, operating with the theoretical analytical tools, biopolitical governance and speech. To think about in this context and the trajectory that the BNCC has as regulatory document, this thesis operates with the theoretical contribution writer other than Michel Foucault, who contributes to the reflections and with the writings, in addition to legal documents, as Alfredo Veiga Neto (2000), Sylvio Gadelha (2009), Karla Saraiva (2014), Kamila Lockmann (2020), Christian Laval (2019), among others. Methodologically, the research is organized in chapters that are about a) the path taken and the restlessness to carry out this research, b) the research methodology and the theoretical context, c) the historical way to the emergence of the BNCC highlighting the three versions of the document, d) neoliberalism and education as a biopolitical strategy, provoking a competence-oriented curriculum using lesson plans developed by Associação Nova Escola, based on the Base Nacional Comum Curricular as material for analysis, e) the proposal of the final product, which is to raise an analytical-critical look at a training for teachers and students of undergraduate courses on curriculum policy. Thus, the BNCC, by the fact of being a mandatory reference in the construction of school curriculum, emerges as a document that proposes visible practices in the management of the conduct of subjects, operating within the neoliberal subjectivities, and that, at the same time, they delineate which knowledge, attitudes, or performances should be privileged in the composition of school curriculum.

Keywords: BNCC; Competence; Curriculum; Neoliberalism; Subjectivity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	05
1. A CAMINHADA PERCORRIDA	07
1.1 A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: O OBJETO DA PESQUISA ..	09
2. CAMPO TEÓRICO-METODOLÓGICO	12
2.1 ESTADO DO CONHECIMENTO	13
2.2 FERRAMENTAS TEÓRICO-ANÁLITICAS: DISCURSO E GOVERNAMENTO BIOPOLÍTICO	21
2.3 APRESENTANDO O CORPUS EMPÍRICO DA PESQUISA: A BNCC E OS PLANOS DE AULA DA ASSOCIAÇÃO NOVA ESCOLA	26
3. CAMINHOS HISTÓRICOS PARA A EMERGÊNCIA DA BNCC	31
3.1 O EMPRESARIAMENTO DA EDUCAÇÃO	40
4. NEOLIBERALISMO E BNCC: EMERGÊNCIA DE UMA SUBJETIVIDADE COMPETENTE	48
4.1 BNCC: O CURRÍCULO POR MEIO DE COMPETÊNCIAS NOS ANOS INICIAIS	54
5. PRODUTO FINAL: POSSIBILIDADE FORMATIVA PARA DISCENTES DA UERGS	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS	76

INTRODUÇÃO

A construção da subjetividade dos sujeitos da educação vem me inquietando e despertando o meu desejo na busca da problematização através do trabalho investigativo de questões curriculares inseridas em uma racionalidade neoliberal emergentes na educação brasileira, que incidem nas políticas educacionais, em especial as curriculares.

Assim, este trabalho irá realizar os estudos em torno dessa temática que ganhou força a partir da década de 1990, conforme são apontadas por alguns autores, como Alfredo Veiga-Neto (2018). Dessa forma, essa pesquisa objetiva analisar o currículo nacional com o advento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), restringindo o bloco da alfabetização (1º, 2º e 3º anos do ensino fundamental) como material empírico a ser estudado.

Sendo assim, ao escrever minha pesquisa, tenho como propósito contribuir com estudos sobre o currículo, considerando-o como peça importante do aparato disciplinar e biopolítico relativo ao governo dos corpos de crianças e jovens (FOUCAULT, 2017), pretendo, ao utilizar a BNCC com suas habilidades e competências do início do Ensino Fundamental, poder colaborar com análises de estudos curriculares e seus objetivos frente a emergência da tática neoliberal e o governo dos alunos.

Para isso, apresento meu problema de pesquisa: “Como a noção de competência apresentada na BNCC compõe um campo de possibilidades para constituição de uma subjetividade que procura formar sujeitos competentes no bloco da alfabetização?”

Esse projeto de pesquisa objetiva de forma geral analisar em que medida a noção de competência apresentada na BNCC compõe um campo de possibilidades para constituição de uma subjetividade que procura formar sujeitos competentes no bloco da alfabetização. Com a finalidade de investigar ainda mais profundamente, se alinham a estes como objetivos específicos:

- Compreender a política curricular como uma ação biopolítica;
- Analisar como a BNCC foi construindo-se como proposta curricular nacional;
- Compreender como as competências e habilidades refletem as características neoliberais na BNCC, utilizando como análise o bloco da alfabetização;
- Oferecer uma formação de vinte horas ao Curso de Pedagogia da UERGS, abordando as possíveis práticas curriculares instituídas pela BNCC e o seu papel na constituição dos sujeitos.

No primeiro capítulo, disserto sobre minha trajetória percorrida até os questionamentos que me levaram a essa pesquisa. Retrato também o meu tema, assim como o problema e objetivos da pesquisa. Da mesma forma, apresento o meu objeto de pesquisa, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), relatando brevemente as três versões do documento.

No segundo capítulo, é desenvolvida a metodologia de pesquisa e o campo teórico utilizado para fundamentá-la. No primeiro subcapítulo apresento o estado do conhecimento, refletindo sobre trabalhos desenvolvidos referente a temática, utilizando descritores chaves, nas plataformas do Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (LUME) e do Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Tais reflexões auxiliam na justificativa e na necessidade da pesquisa, assim como ampliam meus conhecimentos sobre as produções já realizadas. No segundo subcapítulo, desenvolvo as ferramentas teóricas-analíticas: governo biopolítico e discurso, e no terceiro subcapítulo a apresentação do corpus empírico da pesquisa, a BNCC e os planos de aula da Associação Nova Escola.

O terceiro capítulo abrange os caminhos históricos para a emergência da BNCC, destacando as três versões do documento e o empresariamento no campo público da educação, como subcapítulo.

No capítulo seguinte, evidencio o neoliberalismo e a educação como emergência de uma subjetividade competente, dividindo-o no subcapítulo que aponta a BNCC, como um currículo fundamentado em competências e habilidades na alfabetização.

O último capítulo trata sobre o produto final, em que apresento uma possibilidade de formação para discentes da UERGS, e finalizo com as referências bibliográficas utilizadas no decorrer do trabalho.

1 CAMINHADA PERCORRIDA

Desde que iniciei minha vida escolar, como aluna da pré-escola, sempre idealizava ser professora. Para mim, os professores eram super-heróis, pois tinham o poder do conhecimento e eu também desejava ter esse superpoder. No Ensino Médio, me identifiquei com a disciplina de história, em grande parte, devido ao excelente professor que tive, professor Rogério, e meu interesse por essa área de conhecimento foi crescendo de tal modo que, ao concluir o curso normal, optei pela licenciatura em História com o objetivo de fazer do apreço pela disciplina, uma profissão.

Durante a graduação em Licenciatura em História pela Universidade Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), tive contato com os conceitos de liberalismo e neoliberalismo e suas consequências na sociedade, principalmente na política e na economia, porém foi com a especialização em Gestão Escolar e a prática diária da escola que pude refletir sobre a influência das políticas neoliberais no papel do Estado frente à educação.

“Nos mecanismos implantados pela biopolítica vai se tratar (...) sobretudo de estabelecer mecanismos reguladores que, nessa população global com seu campo aleatório, vão poder fixar um equilíbrio, manter uma média, estabelecer uma espécie de homeóstase, assegurar compensações (...) Não se trata, por conseguinte, em absoluto, de considerar o indivíduo no nível do detalhe, mas pelo contrário, mediante mecanismos globais de equilíbrio, de regularidade; em resumo, de levar em conta a vida, os processos biológicos do homem-espécie e de assegurar sobre eles não uma disciplina, mas uma regulamentação” (FOUCAULT, 2005, p.293-294).

Atuei como professora de história, durante treze anos na rede pública municipal de Igrejinha, onde também fui diretora da Escola Municipal de Ensino Fundamental Osvaldo Cruz, no período de 2012 a 2017. Sendo assim, vivenciei na prática essas transformações da escola liberal (pedagogia disciplinar) para neoliberal (pedagogia de controle) e as turbulências que essas alterações trouxeram nas práticas metodológicas dos professores.

A pesquisa que desenvolvi durante a minha especialização em Gestão Escolar pelas Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT) tratava sobre a influência das políticas neoliberais na Gestão Escolar, e esse assunto de tamanha complexidade me

inquietava, pois sempre há uma gestão de políticas de governo frente à educação e consequentemente frente às práticas pedagógicas na sala de aula, porém, na grande maioria das vezes, os educadores não se apropriam sobre o assunto. Questiona-se o conteúdo pronto, mas não a base histórica e política que está por trás das decisões tomadas pelos governantes. Segundo Saraiva:

“... novas orientações para a Educação, tomadas também como ações biopolíticas, vêm sendo colocadas em movimento, com o mesmo objetivo moderno de produzir subjetividades sintonizadas com os modos de produzir de seu tempo, ainda que com estratégias e objetivos realinhados com a governamentalidade contemporânea.” (SARAIVA, 2014, pg. 141).

Em janeiro de 2018, comecei a trabalhar na Secretaria Municipal de Educação de Igrejinha como diretora do departamento administrativo e tive a oportunidade de participar de diversas formações referentes aos recursos financeiros destinados à educação. Em janeiro de 2019, iniciei o desafio de ser coordenadora do departamento pedagógico da Secretaria e estar vivenciando as transformações ocorridas nos currículos devido a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Atualmente sou diretora de uma escola pública municipal e tenho a necessidade constante de buscar conhecimentos, aprendizagens que me fortaleça, que me qualifique e que me dê suporte para tratar das práticas pedagógicas e suas articulações com as políticas públicas educacionais. No ano de 2019, me inscrevi como aluna especial no curso de Mestrado Profissional em Educação da UERGS, na disciplina “Seminário Avançado em Michel Foucault: em defesa da sociedade, território e população”, ministrado pela Prof.^a Dr.^a Rochele da Silva Santaiana.

Ter a oportunidade de participar de tal formação foi um marco divisor na forma de analisar as transformações que estão ocorrendo com a educação. A disciplina proporcionou questionar ações que foram e são impostas pelo Estado e que muitas vezes são aceitas pelos educadores, não sendo analisadas e estudadas. Assim, tive o privilégio, além de ter contato com uma bibliografia magnífica, de poder participar dos debates e discussões acerca de questões pré-estabelecidas como senso comum.

O currículo, assim como as demais práticas escolares, é tomado como peça importante na produção da subjetividade afeita a racionalidade neoliberal. Portanto, considero necessário analisar as relações de poder presentes no currículo escolar, refletindo sobre que sujeito se espera constituir através de práticas pedagógicas pautadas na BNCC. Conforme Santaiana:

“os sentidos produzidos pelo mercado neoliberal, bem como as subjetividades dos sujeitos, são constantemente fabricados, a partir de princípios de eficácia, eficiência e equidade. (...) A educação se torna um campo de governmentação das condutas, onde tais estratégias podem ser operacionalizadas, por meio de práticas escolares e das políticas educacionais colocadas em marcha nas últimas décadas (2015, p.43)”.

Assim, além de considerar a Base um documento de regulação e controle da educação básica brasileira, ela “opera o sentido de conformar a escola para constituir um sujeito auto empreendedor necessário ao mercado do consumo e da concorrência na racionalidade atual” (Traversini e Mello, 2020, p. 04). Laval também retrata um novo modelo escolar, em que a sujeição da escola ocorre frente à razão econômica, em que o seu sentido principal é estar a serviço das empresas e da economia, tendo como ideal pedagógico formar o homem flexível e o trabalhador autônomo (2019).

Dessa forma, a educação, principalmente através do currículo escolar, é utilizada como uma ação biopolítica para compor os indivíduos que a governamentalidade neoliberal deseja. A BNCC, orientadora dos currículos escolares nacionais, tem como foco as 10 competências gerais e habilidades, centralizando todo o documento, sendo o norte da elaboração dos currículos e conseqüentemente dos planejamentos realizados para crianças e alunos, da educação infantil ao ensino médio. O estudo através de competências e habilidades têm conexão direta com a exigência de flexibilidade e eficiência tão úteis e desejadas para os trabalhadores e consumidores da sociedade neoliberal.

“A educação não dá apenas uma contribuição fundamental à economia, não é apenas um input em uma função de produção, mas é entendida como fator cujas condições de produção devem se submeter plenamente à lógica econômica. Por essa razão, é considerada uma atividade com custo e retorno, cujo produto se assemelha a uma mercadoria” (LAVAL, 2019, p. 30).

Desta forma, busco através da investigação e da pesquisa, intensificar e aprimorar ainda mais os meus conhecimentos em relação ao currículo escolar da educação básica brasileira atual, reorganizado a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as influências que esse sofre frente às propostas apresentadas pelo Estado, utilizando para isso uma linha de pesquisa diretamente voltada ao estudo dos Currículos e Políticas na formação dos estudantes.

1.1 A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: O OBJETO DA PESQUISA

Esse subcapítulo apresenta brevemente o objeto da pesquisa que será desenvolvido nos demais capítulos, sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)¹. Abordo brevemente o percurso de sua elaboração, mencionando as três versões do documento, os colaboradores que o dirigiram e o porquê da sua organização ocorrer através do desenvolvimento de competências e habilidades.

Em 20 de dezembro de 2017, o Ministro da Educação Mendonça Filho, através da portaria nº 1.570, homologa o Parecer CNE/CP n- 15/2017, do Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação, aprovado na Sessão Pública de 15 de dezembro de 2017, que instituem e orientam a implantação da Base Nacional Comum Curricular - BNCC, explicitando os direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, a ser observada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.

A BNCC é um documento normativo, que regula e orienta os currículos escolares de todas as redes de ensino da educação básica brasileira. Entre as principais características da BNCC estão o trabalho por projetos (aluno como gestor da sua aprendizagem) e o desenvolvimento de competências e habilidades. Essas características apresentam-se através das dez competências gerais e dos objetivos de aprendizagem que são o foco central do documento. As competências que permeiam todas as áreas do conhecimento e todos os níveis de aprendizagem são caracterizadas por formar alunos que necessitem saber (conhecimento) e saber fazer (resolver problemas) (BRASIL, 2017).

Assim, a BNCC define o conjunto das aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. Estabelece uma regulamentação na construção curricular do sistema educacional brasileiro, através de sua proposta em centralizar seus saberes em competências e habilidades, produzindo um campo de ação do outro, a construção de sujeitos, a condução dos procedimentos.

A BNCC emerge após um amplo processo de debate e negociação com diferentes atores do campo educacional, que durou aproximadamente três anos, sendo iniciada em 2014 e finalizada em dezembro de 2017, com a publicação da sua terceira

¹ Doravante irei apresentar somente as iniciais BNCC quando me referir a Base.

versão. Esse período de elaboração também foi marcado por grande instabilidade política (com a deposição da presidenta Dilma Rousseff), econômica e social.

A Base Nacional Comum Curricular Educação Infantil e Ensino Fundamental teve três versões até ser finalizada. No período de outubro de 2015 a março de 2016, a primeira versão do documento foi disponibilizada a consulta pública online recebendo mais de 12 milhões de contribuições. As colaborações foram sistematizadas e subsidiaram a segunda versão da BNCC, que foi publicada em maio de 2016. Essa versão foi debatida em seminários realizados pelas Secretarias Estaduais de Educação em todos os estados brasileiros, tendo mais de 9 mil contribuições de professores, gestores, especialistas e entidades de educação (BRASIL, 2017). A terceira foi analisada por especialistas, associações científicas e professores universitários, que elaboraram pareceres relativos às diferentes etapas da Educação Básica (ANDRADE, 2020).

Apesar de contar com contribuições de diferentes profissionais, a elaboração da Base não foi considerada um processo democrático, visto que os debates não faziam parte dos cotidianos escolares, não dialogando com alunos, professores, coordenadores e diretores das escolas. A sua elaboração contou com uma forte parceria entre o setor público e o privado, sendo um dos agentes principais o Movimento pela Base, cujos sujeitos fazem parte do centro empresarial brasileiro. “Embora seja uma política pública de Estado, a opção pelo diálogo não foi com os professores e alunos, e sim com o empresariado” (CAETANO, 2019, p.139).

O período de dúvidas e problematizações também ocorreu na elaboração da Base do ponto de vista do currículo, isto é, dos conteúdos inseridos e retirados durante a formulação das diferentes versões, além das mudanças nos conceitos centrais da organização do documento, alterando de objetos de conhecimento e objetivos de aprendizagem para competências e habilidades. Porém, as alterações ocorridas durante o processo de elaboração do documento não foram apenas conceituais ou de divergências metodológicas, elas demonstram claramente o sentido epistemológico de público que a Base deseja constituir, um “sujeito auto empreendedor necessário ao mercado do consumo e da concorrência na racionalidade atual” (TRAVERSINI; MELLO, 2020, p.4).

Sendo assim, a Base nos fornece material que possibilita ricas problematizações acerca de algo tão importante quanto a constituição de uma subjetividade que procura formar sujeitos competentes, nessa pesquisa focando no bloco da alfabetização.

2 CAMPO TEÓRICO-METODOLÓGICO

A crítica pós-estruturalista -sabendo que não há uma base onde se agarrar - é sempre móvel e inquieta. A crítica pós-estruturalista - sabendo que não existe o que é e como deve ser o mundo, mas que existem apenas declarações sobre o que é e sobre como deve ser o mundo -pergunta à crítica tradicional de onde ela tirou tudo aquilo que ela diz sobre como é e como deve ser o mundo. Como sempre a crítica tradicional responde que derivou suas teorias a partir de pressupostos universais, a crítica pós-estruturalista -justamente porque não aceita de graça os pressupostos universais que o Iluminismo inventou -dá as costas à crítica tradicional. Por isso a crítica pós-estruturalista é uma crítica da hiper desconfiança, da hiper-suspeita, é uma crítica da crítica e, assim sendo, ela é tão incômoda ... (VEIGA-NETO, 2017 p.169)

Tensionar, analisar, pesquisar, refletir sobre a temática de estudo da pesquisa é um grande desafio, visto que tomo como campo teórico-metodológico a perspectiva pós-estruturalista, com as teorias produzidas por Michel Foucault, abordando a temática do currículo através da análise do conceito de competência na alfabetização, apresentado na Base Nacional Comum Curricular.

Realizar pesquisa em educação utilizando como referência o pós-estruturalismo nos leva a questionar as metanarrativas, provocando inquietações, questionamentos, dúvidas que permeiam todo o processo de escrita. É um processo de desconstrução conceitual, abrindo possibilidades para a produção de novos conhecimentos. Segundo Tedeschi e Pavan (2017, p.773),

Como perspectiva epistemológica e metodológica, o Pós-estruturalismo tem produzido uma série de inquietações, de dúvidas, de contribuições; tem mobilizado o pensamento educacional e viabilizado re/significar os sentidos e os usos de metodologias nos processos de investigação.

Além dos autores do campo pós-estruturalista, as teorizações de Michel Foucault são fundamentais para meu arcabouço teórico e analítico além de me possibilitar questionar as verdades absolutas, dadas como inquestionáveis, e analisá-las percebendo-as como um objeto de disputa e tensionamento no campo curricular.

Portanto, pensar as políticas curriculares através da perspectiva pós-estruturalista e com os estudos de Michel Foucault, me permite utilizar novas lentes para analisar as políticas curriculares, vendo-as como campo de disciplinamento e de subjetivação de saberes e corpos. Assim, pretendo pesquisar a BNCC como documento orientador que pode provocar a condução de condutas, de saberes e poderes, que circulam e operam formas de produzir a subjetividade dos sujeitos. Para tanto, tomei a noção de competência como balizador de escolhas dos materiais analíticos em que procuro tensionar tal noção.

Para pensar nesse contexto e na trajetória que a BNCC possui como documento regulador, conto com a contribuição de outros autores para além de Michel Foucault, os quais contribuíram com as reflexões e com as escritas, além dos documentos legais, como Alfredo Veiga Neto (2000), Sylvio Gadelha Costa (2009), Karla Saraiva (2014), Kamila Lockmann (2020), Christian Laval (2019) entre outros. Estas escolhas servem para cooperar com a reflexão sobre a relação entre currículo escolar, competência e empreendedorismo, analisando a potência que dessa temática emerge.

Na sequência, apresento o estado do conhecimento, as ferramentas teóricas analíticas, governo biopolítico e discurso, as quais utilizo para compreender como a noção de competência apresentada na BNCC constitui um campo de possibilidades para constituição de sujeitos/alunos competentes, empreendedores de si mesmos. Finalizo o capítulo apresentando a BNCC e os planos de aula da Associação Nova Escola como corpus empírico da pesquisa.

2.1 ESTADO DO CONHECIMENTO

“O estudo das interfaces entre políticas de currículo e neoliberalismo são bastante produtivos no campo dos estudos curriculares. Entretanto, parece-nos que Foucault apresenta uma nova nuance analítica ao referir-se ao neoliberalismo como um modo de vida, que, mais que um sistema econômico, fabrica um tipo de sujeito que realiza investimentos permanentes em si mesmo. Assim, quando lemos determinados documentos curriculares atuais, observamos uma forte tendência na direção de formar personalidades produtivas, de investir em lógicas empresariais ou proporcionar o desenvolvimento de competências ligadas ao empreendedorismo. Tais aspectos tornam visíveis práticas de gerenciamento das condutas dos sujeitos, que operam no âmbito das subjetividades, mas que, ao mesmo tempo, delineiam quais conhecimentos, atitudes ou performances devem ser privilegiados na composição dos currículos escolares.” (Silva, 2015. Pg.217).

O processo de busca e análise do que já havia sido produzido até o momento sobre a temática, auxilia na justificção da pesquisa, assim como amplia meus conhecimentos sobre as produções já realizadas.

Inicialmente, foi utilizada como ferramenta de busca, as plataformas do Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (LUME) e o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Justifica-se a escolha dessas plataformas de pesquisa por possuírem um amplo repertório de dissertações e teses produzidas no Brasil, sendo o LUME, repositório da UFRGS, e o CAPES, lugares que constam todas as pesquisas de mestrado e doutorado produzidas no Brasil a partir de 2006.

Para iniciar as buscas, selecionou-se os seguintes descritores para pesquisa, visto que são conceitos centrais para a realização do projeto: competência, currículo e Base Nacional Comum Curricular. O período de análise limitou-se aos anos de 2017 a 2020, pois desejava selecionar pesquisas realizadas após a promulgação da BNCC.

Na plataforma CAPES, a primeira busca apresentou 1.207.955 pesquisas. Quando utilizou-se os filtros, tipo de trabalho, mestrado e doutorado, limitando o período, grande área do conhecimento, ciências humanas, área do conhecimento, da avaliação e concentração da educação, e o nome do programa Educação, o número de pesquisa diminuiu para 5.717 trabalhos.

Analisando as pesquisas encontradas, percebeu-se que utilizando o descritor competência, a grande quantidade de pesquisas realizadas, tratavam sobre aspectos econômicos, empresariais, sendo que alguns envolviam a educação. Essa análise vem ao encontro de importantes conceitos que embasam teoricamente as decisões metodológicas que desenvolvo durante a pesquisa, como governo, governamentalidade, neoliberalismo, biopolítica e empreendedorismo. Segundo Gadelha,

“essa questão das competências, na medida em que se reporta ao desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e destrezas, tem a ver também com a instituição, demarcação, medição e comparação daqueles componentes do capital humano que têm ou não valor, no e para o mercado” (GADELHA, 2009, pg.183).

Apesar dos filtros, ainda apresentava-se um grande número de trabalhos, sendo assim, houve a necessidade de focar no meu objeto do conhecimento e ampliar os descritores, utilizando competências gerais, currículo escolar, Base Nacional Comum

Curricular e Estudos Culturais resultando em 90 trabalhos encontrados. A partir de seus títulos e resumos, observou-se que tratavam do currículo escolar envolvendo alguma área do conhecimento específica, como geografia, matemática, história, ciências etc. A partir da filtragem realizada, destacou-se treze trabalhos que serão apresentados posteriormente na tabela.

Dando continuidade às buscas, analisou-se o repositório da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, LUME, utilizando os primeiros descritores já citados: competência, currículo e Base Nacional Comum Curricular, encontrando 194 trabalhos. Após a utilização dos filtros, ano 2017 a 2020, nível acadêmico Mestrado e tipo de pesquisa dissertação, foram 88 pesquisas encontradas. Ampliando a busca, utilizando os filtros já citados na pesquisa realizada na CAPES, competências gerais, currículo escolar, Base Nacional Comum Curricular e estudos culturais, localizou-se 2 trabalhos.

Portanto, com o objetivo de organizar os resultados encontrados através dos descritores: competências gerais, currículo escolar, Base Nacional Comum Curricular e estudos culturais e proporcionar uma melhor visualização, elaborou-se a seguinte tabela:

Tabela 1: Resultados encontrados através dos descritores

Pesquisador (a)	Título	Instituição/Tipo/Ano	Palavras-chave	Plataformas de Busca
Junior BufonCentenaro	Políticas Educacionais e a formação de cidadãos razoáveis: Uma análise reflexiva das competências gerais da BNCC	Faculdade de Educação – FAED, da Universidade de Passo Fundo – UPF/Dissertação/2019	BNCC. Competências. Cidadania razoável. Matthew Lipman. Martha Nussbaum.	CAPES
Tássia Joana Rodrigues Ciervo	A centralidade das competências socioemocionais nas políticas curriculares contemporâneas no Brasil	Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS/2019	Currículo. Competências socioemocionais. Capitalismo emocional. Políticas curriculares	CAPES

Vinicius Oliveira Machado	Crítica ao esvaziamento do currículo de História: a BNCC e as pedagogias das competências	Universidade Federal do Espírito Santo Centro de Educação Mestrado em Educação/2019	Currículo de história. Base Nacional Comum Curricular. Pedagogia das competências . Pedagogia histórico-crítica.	CAPES
Pedro Santos dos Santos	Ciências Humanas: uma reflexão sobre abordagem cultural no PNAIC e suas implicações no currículo escolar	Universidade Federal de Santa Maria Centro de Educação Programa de Pós-graduação	Ciências Humanas; Ciclo de Alfabetização ; PNAIC; Singularidades; Santa Maria/RS.	CAPES
Ana Clara Pereira Rubio	Tecnologias digitais de rede, integração curricular e práticas culturais de professores do final do ensino fundamental	Universidade Federal de Mato Grosso Instituto de Educação Programa de Pós-graduação em Educação	Tecnologias digitais de rede, integração curricular e práticas culturais de professores do final do Ensino Fundamental	CAPES
Bruno Amaro Queiroz Blini	A educação multi/intercultural e suas implicações para um currículo com qualidade social	Universidade Católica Dom Bosco – UCDB Campo Grande/ MS 03/2017	Multi/interculturalidade. Avaliação em larga escala. Qualidade Social.	CAPES

Maíra da Silva Xavier	Acessibilidade Curricular: refletindo sobre conceitos e o trabalho pedagógico	Universidade Federal de Santa Maria Centro de Educação Programa de Pós-graduação em Educação	Currículo; Educação Especial; Educação Inclusiva; Políticas Públicas; Práticas Pedagógicas.	CAPES
Monique Alves Brito	O currículo e a disciplina História no contexto da educação integral em tempo integral	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB Programa de Pós-graduação em Educação – PPGED	Currículo; Disciplina história; Educação Integral	CAPES
Priscila Oleto de Oliveira	A base nacional comum curricular: um instrumento curricular contemporâneo de gestão pedagógica performativa	Universidade Federal do Rio Grande/FURG – Dissertação - 2020	Base Nacional Comum Curricular; Governamentalidade neoliberal; Competências; Capital humano	CAPES
Roberta Acorsi	Educação Profissional: governamentalidade democrática em tempos de in/exclusão	Universidade Federal do Rio Grande Do Sul/UFRGS – Tese – 2020	inclusão na educação profissional; escola; governamentalidade democrática; in/exclusão	CAPES
Gabriela Oliveira Santos	O líder em mim: uma nova estratégia neoliberal na escola e seus efeitos na condução das ações docentes	Universidade Federal do Rio Grande/FURG – Dissertação - 2020	O líder em mim; governamentalidade neoliberal; empreendedorismo; regulação da docência	CAPES

Eliezer Alves Martins	Políticas de currículo e reformas no Ensino Médio: uma análise de contextos em documentos e na percepção de professores de ciências da natureza	Universidade Federal do Rio Grande do Sul Instituto de Ciências Básicas da Saúde Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências: química da vida e saúde	Reformas curriculares. Ciclo de políticas. Ensino Médio. Ciências da Natureza. Integração curricular.	LUME
Luciane Godolfim Swirsky	Nas infâmias da docência: contingência, currículo e exercício docente na sala de aula	Universidade Federal do Rio Grande do Sul Faculdade em Educação Programa de Pós-graduação em Educação	Docência. Currículo. Contingência. Autoetnografia. <i>Whatsapp</i> .	LUME

Fonte: produzida pela autora.

Através da leitura dos treze trabalhos listados na tabela acima, selecionei cinco apontados pela pesquisa no catálogo de teses e dissertações da Capes como os que mais contribuem para a proposta apresentada neste trabalho, que trata sobre o currículo e competências propostas pela BNCC.

O estudo do autor Junior Bufon Centenaro (2019) tem como problema norteador compreender em que medida as competências gerais da BNCC (im)possibilitam na Educação Básica, a constituição de processos formativos com vistas a cidadania razoável. O autor analisa as competências gerais da BNCC como uma proposta ampla e definida de currículo, entretanto, frágil e limitada, passível de conduzir a uma formação administrada e sujeita ao controle, criando assim, obstáculos na perspectiva da formação para a cidadania razoável. Sua pesquisa tem como principal objetivo investigar as possibilidades e limitações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ante o desafio de educar com vistas à cidadania razoável. Junior fundamenta seu trabalho, considerando a noção de *cidadania razoável* a partir das concepções educativas de Matthew Lipman e Martha Nussbaum, e analisa a abordagem das competências gerais

da BNCC ancorando-se na categoria analítica cidadania razoável e nas contribuições do campo das políticas curriculares.

A ideia resultante de sua produção, aponta que por fim, como resultado da investigação, é possível inferir que, diante das contradições e tendências à formação administrada, de um currículo por competências, a concepção de cidadania razoável, ao primar pelo desenvolvimento humano e recolocar o papel do “homem cidadão” no centro, requer uma Educação Básica que possa ir além do desenvolvimento de competências gerais.

Já a pesquisa de Tássia Joana Rodrigues Ciervo (2019) objetiva compreender como as competências socioemocionais operam no interior do currículo escolar e a quais mecanismos essas competências respondem. A autora entende que o neoliberalismo contemporâneo age de uma forma sutil e inteligente, utilizando-se como técnica de poder, investindo nas emoções e na sua produtividade. Ela caracteriza um cenário de capitalismo emocional, no qual os discursos econômicos e emocionais moldam uns aos outros, transformando as emoções em microesferas públicas. A autora analisa documentos normativos do MEC, como os Parâmetros Curriculares Nacionais e a BNCC, assim como, documentos do Instituto Ayrton Senna, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Os resultados da sua investigação apontam que a forma como as competências socioemocionais vem sendo apresentadas secundariza o conhecimento escolar, ao mesmo tempo em que expande as funções da escola, e por fim, a compreensão de que as emoções no contemporâneo têm como projeto a formação de um “homem novo” resiliente e performático, cabendo a escola forjá-lo.

Vinícius Oliveira Machado (2019), em sua dissertação, investiga as determinações que levaram ao esvaziamento dos conteúdos de história na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e quais limites ele impõe ao desenvolvimento de um pensamento histórico nos indivíduos. Seu objeto de estudo inscreve-se fundamentalmente no debate sobre a relação das teorias pedagógicas hegemônicas com o enxugamento dos conteúdos disciplinares, mais especificamente, investiga o papel da pedagogia das competências no esvaziamento da história enquanto disciplina na BNCC, bem como o resultado desse processo para a formação dos indivíduos. No caso da Base, Vinícius aponta a subordinação dos conteúdos escolares à construção de competências gerais e específicas que norteiam todo o documento.

Entre as conclusões do autor, está que os conteúdos escolares são considerados elementos secundários, uma vez que assumem a função de meio para a construção de competências e habilidades, além do profundo esvaziamento da história, por conta da dissolução de seu currículo e a fragmentação dos seus conteúdos, fazendo com que o documento não consiga ir além de uma história em migalhas.

A dissertação da mestrandia Gabriela Oliveira Santos (2020) me inquietou no momento que trata sobre governamentalidade neoliberal e empreendedorismo na educação. A autora objetiva problematizar as estratégias que o Programa O Líder em Mim desenvolve para conduzir a conduta do sujeito docente e utiliza os estudos pós-estruturalistas e conceitos de Michel Foucault, especialmente a governamentalidade neoliberal. O programa analisado é de origem americana e é baseado em um livro chamado “Os sete hábitos das pessoas altamente eficazes”, o qual foi adaptado para a área educacional e promete uma transformação comportamental dos sujeitos participantes.

Gabriela utilizou como metodologia análise documental de apostilas do programa, site e blog do mesmo. A partir disso criou duas unidades de análises, quais sejam: a regulação da privacidade docente e a regulação do trabalho docente. Na primeira unidade evidencia-se que o programa conduz a privacidade do sujeito docente ao adentrar em cada âmbito da sua individualidade. A forma como o sujeito fala, como se comporta e até mesmo como lida com seus relacionamentos é conduzida a partir de princípios empresariais e neoliberais. Já na segunda unidade, observa-se uma condução do professor no seu âmbito profissional, já que o programa determina o modo como o docente deve se comportar no ambiente escolar e como conduzir suas aulas. Além disso, a autora relata uma disputa pelo currículo escolar a partir do momento em que os 7 hábitos do programa se misturam aos conteúdos escolares. Através das análises realizadas ela concluiu que se trata da entrada da racionalidade neoliberal no campo da educação. Essa forma de governamentalidade que ao buscar constituir o sujeito docente em sujeito-líder-docente, tira sua autonomia a partir de um processo de desintelectualização e desprofissionalização docente.

Priscila Oleto de Oliveira, na dissertação “A Base Nacional comum Curricular: um instrumento curricular contemporâneo de gestão pedagógica performativa”, objetiva investigar que entendimentos de currículo estão presentes na Base Nacional Comum Curricular-BNCC, quais conceitos a sustentam e que relação eles estabelecem com a sociedade contemporânea. Para isso, utiliza os estudos pós-estruturalistas e alguns

conceitos ferramentas, de Michel Foucault, tomando a governamentalidade como lente teórico-metodológica. A autora analisa a última versão do documento da BNCC produzido pelo MEC, o documento Dimensões e desenvolvimento das competências gerais da BNCC e o Material complementar para reorganização dos currículos produzido pelo MEC e desenvolve a pesquisa em três grandes eixos analíticos.

No primeiro eixo, ao qual assemelha-se mais com minha proposta de trabalho, Priscila trata sobre a produção do capital competência: um investimento no saber “fazer” e no saber “ser” do sujeito, no qual apresenta duas formas de compreensão da noção de competência tão central na BNCC. A competência relacionada às formas de “saber-fazer”, que envolve uma habilidade de um conhecimento aplicável: um capital prático, um capital produtivo; e o “saber-ser”, que envolve uma habilidade de autoconhecimento, uma competência como forma de vida exercitante capaz de autorregulação e autotransformação, ou seja, capacidade de administrar e gerenciar seu capital emocional. No segundo eixo analítico – BNCC(S) e inclusão escolar: a construção de uma sociedade mais justa, democrática e no último eixo analítico – Performatividade nos discursos escolares: aprendizagem(s) e desenvolvimento para excelência acadêmica, estabeleceu uma articulação entre direito de aprendizagem para todos, a performance e o desempenho, por considerar que esses entendimentos se articulam na constituição de um perfil subjetivo alinhado à BNCC. Priscila conclui sua pesquisa apresentando que a BNCC funciona no interior de uma governamentalidade neoliberal, acionando as noções de competência, inclusão e performatividade como instâncias de inscrição e produção dos sujeitos contemporâneos.

Diante das pesquisas encontradas até o momento, é possível afirmar que todas possuem grande relevância na área da educação, envolvendo suas problemáticas e objetivos, relacionando com os descritores desta pesquisa. Alguns trabalhos assemelham-se quando tratam sobre a governamentalidade neoliberal na educação e o conceito de competência utilizando ferramentas do Michel Foucault, porém o foco central são outros, como uma área específica do currículo, inclusão ou trabalho docente, sendo que pretendo analisar é como a noção de competência presente na BNCC compõe um campo de possibilidades para a constituição de uma subjetividade que procura formar sujeitos/alunos competentes, fato esse que justifica a realização desta pesquisa.

2.2 FERRAMENTAS TEÓRICO-ANÁLITICAS: DISCURSO E GOVERNAMENTO BIOPOLÍTICO:

Analisar o meu objeto do conhecimento, a BNCC, através das lentes do pós-estruturalismo me permite questionar as verdades absolutas que estão sendo apresentadas frente ao conceito de competência e suas implicações nos currículos escolares. O que está em jogo, nesse tipo de crítica que podemos chamar de pós-estruturalista, é a possibilidade de ver de maneira diferente aquilo que todos pensavam já ter visto. E, vendo de maneira diferente, ver outras coisas que outros até então não tinham visto (VEIGA-NETO, 2017). Porém, de forma alguma pretendo colocar a produção da minha pesquisa como algo melhor do que se apresenta na sociedade atual, mas sim desejo tensionar e fazer pensar algo que é apresentado como uma norma positiva da educação brasileira.

O que a crítica pós-estruturalista nos permite é problematizar “a noção de uma razão única, de um sujeito único, inscritos numa totalidade única”. (VEIGA-NETO, 2017, p.171). Assim, questionar a forma como o conceito de competência é apresentado na BNCC e sua relação com a constituição de uma subjetividade que forme sujeitos competentes e empreendedores, é uma forma de tensionar o que é apresentado pelo governo e por grandes empresas vinculadas à educação.

O pós-estruturalismo nos apresenta uma realidade produzida através de acordos realizados dentro de um período por grupos sociais, assim, “mais importante do que dizer que isso é verdadeiro, talvez seja perguntar por que se diz que isso é verdadeiro. Em outras palavras, perguntar quais foram os acordos que declararam que isso é uma verdade”. (VEIGA-NETO, 2017, p.168).

Michel Foucault junto com Jacques Derrida e Gilles Deleuze estão entre os teóricos que apresentaram o pós-estruturalismo como uma nova proposta metodológica de trabalho, sendo Foucault o autor que norteia esta pesquisa.

Para analisar os documentos que formam a BNCC e a noção de competência inscrita neles, elegi como ferramentas foucaultianas: o discurso e o governo biopolítico. Porém para melhor contextualizar o uso das ferramentas, inicio trazendo o conceito de governamentalidade, que segundo Foucault no livro *Segurança, Território e População* (2008), entende-se:

“Por esta palavra, “governamentalidade”, entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumentos técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por “governamentalidade” entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre todos os outros -soberania, disciplina- e que trouxe, por um lado o, desenvolvimento de toda série de aparelhos específicos de governos e, por outro lado, o desenvolvimento de toda uma série de saberes” (p.143-144).

Através do conceito de governamentalidade, Foucault aborda o problema do Estado e da população apresentando novas ferramentas e novas lógicas de controle e submissão. Operar com o conceito de governamentalidade neoliberal é ir além de entender um modelo econômico, mas usar como uma grade que me permite analisar as condições do presente. É ver o neoliberalismo como um modo de vida, que controla além da economia, as relações sociais e a condução de condutas dos sujeitos.

Assim, a partir do conceito de Governamentalidade enquanto uma grade de inteligibilidade para pensar na racionalidade neoliberal, utilizo como ferramenta analítica o governo biopolítico de condutas para compreender os discursos instituídos pela BNCC. Alfredo Veiga Neto (2005) nos apresenta uma importante discussão sobre governo, como ação ou ato de governar, considerando o conjunto das relações de poder estabelecidas entre os indivíduos, sendo que essas exercem forte influência na conduta de suas vivências em comunidade.

Aquilo que entre nós se costuma chamar de governo – o Governo da República, o governo municipal, o Governo do Estado (em geral grafado com G maiúsculo) – é essa instituição do Estado que centraliza ou toma, para si, a caução da ação de governar. Nesse caso, a relação entre segurança, população e governo é uma questão de Governo... É fácil ver que o uso do mesmo vocábulo para a instituição e para a ação gera, no mínimo, alguma ambiguidade. É justamente nesse ponto que passo a sugerir que o vocábulo governo – o único usado em textos foucaultianos, seja nas traduções para a língua portuguesa, seja nos textos escritos por autores de língua portuguesa – passe a ser substituído por governmento nos casos em que estiver sendo tratada a questão da ação ou ato de governar (VEIGA-NETO, 2005, p.82).

A ferramenta teórico-analítica de governmento é produtiva para essa pesquisa, visto que a ação de governar pode ser entendida como “executar uma ação de conduzir ou dirigir as ações alheias” (Veiga-Neto, 2005, p. 83). Como muitas das políticas educacionais se destinam a atingir grandes parcelas populacionais, e aqui, no interesse

deste trabalho, a política curricular atinge a população da Educação Básica, entendo que a noção de biopolítica se alia a governamento para que eu possa empreender a análise do documento.

“A população aparece, portanto, mais como fim e instrumento do governo que como força do soberano; a população aparece como sujeito de necessidades, de aspirações, mas também objeto nas mãos do governo; como consciente, diante do governo, do que ela quer, e inconsciente em relação aquilo que a sequer que faça (FOUCAULT, 2017, p.425-426).”

O conceito de biopolítica trazido por Michel Foucault nos remete a política da vida, das populações, entendendo como gestão estatal do corpo e da vida da espécie humana. Assim, já não bastava apenas disciplinar as condutas dos indivíduos, pois também era preciso implantar um gerenciamento da vida das populações.

Portanto, o governamento biopolítico é utilizado para problematizar essa pesquisa, tendo visto que a BNCC, como documento orientador de um currículo, constitui um campo de possibilidades para a condução de procedimentos, pois o currículo vai além da seleção de conteúdo a serem ensinados, ele conduz as orientações pedagógicas e as diretrizes das práticas dos professores nas salas de aula. Nos orienta a problematização de Silvio Gallo quando nos aponta “o que se vê num projeto desta natureza é um desejo de controle populacional, o que Michel Foucault denominou uma biopolítica” (GALLO, 2017, p.1), ou seja, existe por meio das definições curriculares materializadas pelo documento por mim estudado uma evidente estratégia de alcançar a população educacional (professores, gestores e alunos) por ele alcançada. Logo, o governamento biopolítico se torna importante para as discussões realizadas nesse estudo.

Pensar com os autores do campo pós-crítico, me possibilita que eu me desfaça de questionamentos, se é positivo ou negativo a noção de competências na BNCC. Além de fazer eu entender a relação de saber e poder que ela opera, e que pode ser entendido como um governamento biopolítico operado curricularmente para a população envolvida nesse processo.

As palavras enunciadas são feitas de significados, mas essas enunciações vão além dos objetos e sujeitos, logo, é preciso entender, e tornar visível essa extensão que ultrapassa o significado desses atores sobre os quais os discursos falam. (GERHARDT, 2020, p.42)

Como realizo um investimento analítico no discurso proveniente do documento da BNCC, acredito que de forma respeitosa, nos limites necessários, a noção de discurso como proposta por Foucault também é importante para esse estudo. Não assumo aqui uma análise de discurso, mas um olhar com a ferramenta do governo, assim retomo uma citação clássica em Foucault que nos diz:

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 2014, p. 8,9)

A materialidade exposta nos materiais da BNCC, que analiso e que serviram como superfície de análise deste estudo, permite entender como a proposição de competência na educação veio a se tornar uma verdade, que discurso ela acolhe e sanciona como verdadeiro que possibilita estabelecer um campo de possibilidades na constituição de sujeitos/alunos empreendedores. Nesse sentido, Foucault nos traz a conceituação de discurso como:

Um bem – finito, limitado, desejável, útil – que tem suas regras de aparecimento e também suas condições de apropriação e de utilização: um bem que coloca, por conseguinte, desde sua existência (e não simplesmente em suas “aplicações práticas”), a questão do poder; um bem que é, por natureza, o objeto de uma luta, e de uma luta política. (FOUCAULT, 2007, p. 135-136)

Sendo assim, a BNCC através de sua proposta de ser referência nacional para formulação dos currículos escolares se operacionaliza através das relações de poder, na produção permanente da subjetividade de todos os envolvidos. Conforme Foucault, a educação é forma de “manter ou modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que trazem consigo (2014, p.41)”. Desta forma, para produzir uma análise da BNCC em uma perspectiva discursiva, utilizando o governo biopolítico como ferramenta analítica, deve-se desenvolver a capacidade de ir além do que está dado no documento e procurar perceber as subjetividades que são produzidas e seus efeitos na educação.

Bem ao contrário, o que quero é colocar meu discurso em intersecção, isso é, cruzando com outros discursos. O que quero dizer é que "trazer minhas

reflexões" significa que estaremos frente a várias situações possíveis: nossos pensamentos andarão juntos aqui, entrarão em colisão ali adiante ou mesmo habitarão mundos muito diferentes (VEIGA-NETO, 1996, p.163).

A BNCC apresenta as aprendizagens essenciais que devem ser trabalhadas ao longo de toda a educação básica, assegurando aos estudantes o desenvolvimento de competências gerais, que permeiam os direitos de aprendizagem e desenvolvimento pedagógico. Deste modo, na perspectiva dos estudos foucaultianos, realizo um investimento nos discursos instituídos pela BNCC, focando as políticas curriculares como uma ação biopolítica, analisando como a BNCC foi construindo-se como proposta curricular nacional e identificando e compreendendo como as competências e habilidades apresentadas no documento refletem características neoliberais na educação.

Portanto, após descrever as principais ferramentas escolhidas no campo metodológico, por onde se desloca essa pesquisa, apresento o corpus empírico, a BNCC e os planos de aula da Associação Nova Escola, que são o aporte central para a análise da pesquisa e como contemporaneamente tornam-se um ponto de grande divergência e convergências nas redes de ensino.

2.3 APRESENTANDO O CORPUS EMPÍRICO DA PESQUISA: A BNCC E OS PLANOS DE AULA DA ASSOCIAÇÃO NOVA ESCOLA

“dessujeitar os saberes históricos e torná-los livres, isto é, capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico, formal e científico.” (FOUCAULT, 2005, p.15).

A Base Nacional Comum Curricular sendo um documento normativo que define as aprendizagens essenciais que todas as crianças e alunos precisam desenvolver ao longo de toda a Educação Básica norteia a organização dos currículos, dos sistemas e das redes escolares brasileiras, definindo competências e habilidades para serem desenvolvidas por todos os estudantes ao longo da sua escolaridade.

O documento é organizado em quatro grandes capítulos, sendo que os dois primeiros abrangem os aspectos gerais e os dois últimos tratam das etapas da educação infantil e do ensino fundamental.

Nesta pesquisa, será analisado o primeiro capítulo da BNCC, que abrange os marcos legais e fundamentos pedagógicos que embasam o documento e as 10 competências gerais, e o quarto capítulo, que me direciona mais especificamente para o bloco da alfabetização (1º ao 3º ano do ensino fundamental). A consideração dessa escolha se dá pelo fato que o objetivo da pesquisa é tensionar a constituição dos sujeitos alunos a partir da concepção de competência, analisando uma etapa específica da educação básica.

A partir do exposto, compreendendo a BNCC como documento orientador dos currículos escolares e refletindo as relações de poder presentes nesse documento, a intenção é perceber como a noção de competência apresentada na BNCC constitui um campo de possibilidades para constituição de sujeitos/alunos.

Com objetivo de complementar a discussão sobre o uso das competências no currículo escolar, utilizo planos de aula desenvolvidos pela Associação Nova Escola, baseados na Base Nacional Comum Curricular como material de análise. A marca Nova Escola já existe há mais de 30 anos, sendo que até 2015 era conhecida como Revista Nova Escola e a partir desse ano, foi criada a Associação Nova Escola.

A escolha pelos planejamentos dessa Associação específica dá-se por importantes motivos: por ser uma empresa consolidada no mercado educacional, iniciando a circulação de suas revistas mensais em março de 1986, trazia aos professores sugestões de atividades que poderiam ser utilizadas em sala de aula, além de discussões sobre temáticas envolvendo a educação. Em outubro de 2019 é lançado o último exemplar da revista impressa e lançado uma nova ferramenta digital. Ao longo dos 33 anos de história a revista chegou à marca de 1 milhão de exemplares impressos.

Atualmente a Associação Nova Escola apresenta-se como “um negócio social, autossustentável e sem fins lucrativos”, que produz materiais e conteúdos para os professores utilizarem em sala de aula, além de cursos online, formações para redes e os planos de aula, tendo em seus sites, em média 2 milhões de visitantes únicos por mês, 1,2 milhão de seguidores no Facebook e 260 mil no Instagram. Portanto, se justifica a utilização dos planejamentos propostos pela Nova Escola, visto que tem uma grande circulação entre membros da educação, incluindo professores, coordenadores, gestores de todos os segmentos da Educação Básica (ASSOCIAÇÃO NOVA ESCOLA, 2021).

Outro fator de grande importância pela escolha dos planejamentos propostos pela Nova Escola, é a mantenedora da Associação ser a Fundação Lemann, importante membro do Movimento pela Base, extremamente atuante durante toda a emergência da

BNCC. No terceiro capítulo, trato sobre as parcerias público-privado na educação e como elas cooperam com os jogos de produção dos saberes e poderes de subjetivação no governo das condutas dos sujeitos em idade escolar.

“A Fundação Lemann, organização familiar sem fins lucrativos fundada em 2002 por Jorge Paulo Lemann, trabalha para que todas as crianças brasileiras tenham uma Educação de qualidade e para criar uma rede de pessoas talentosas que se dediquem a resolver os principais problemas sociais brasileiros. Para atingir este objetivo, a Fundação Lemann desenvolve programas que impactam milhões de alunos de escola pública em todo o Brasil e apoia instituições de excelência que trabalhem por um país mais justo e avançado” (ASSOCIAÇÃO NOVA ESCOLA, 2021).

Para uma melhor visualização do material selecionado para a pesquisa dentro do documento da BNCC, construí o quadro a seguir apresentando as 10 competências gerais proposta para toda a Educação Básica:

DOCUMENTO	MATERIAL SELECIONADO PARA ANÁLISE
BNCC	<p>10 COMPETÊNCIAS GERAIS</p> <p>1 - Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social e cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.</p> <p>2 - Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e inventar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.</p> <p>3 - Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também para participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.</p> <p>4 - Utilizar diferentes linguagens - verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital -, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática, científica, para expressar-se e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e, produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.</p> <p>5 – Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de comunicação e informação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e</p>

	<p>exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.</p> <p>6- Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.</p> <p>7 - Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos e a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.</p> <p>8 - Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.</p> <p>9 - Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.</p> <p>10 - Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões, com base em princípios éticos democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.</p>
NOVA ESCOLA	<p>PLANOS DE AULA BASEADOS NA BNCC</p> <p>PLANO DE AULA 1: QUANTO CUSTA VIVER? Público-alvo: alunos do 3º ano do Ensino Fundamental, envolvendo habilidades das áreas do conhecimento de matemática e história. https://planosdeaula.novaescola.org.br/fundamental/3ano/multicomponentes/quanto-custa-viver/6484</p> <p>PLANO DE AULA 2: EDUCAÇÃO FINANCEIRA EM PROL DA COMUNIDADE Público-alvo: alunos do 3º ano do Ensino Fundamental, envolvendo habilidades das áreas do conhecimento de geografia e história. https://planosdeaula.novaescola.org.br/fundamental/3ano/multicomponentes/educacao-financeiraem-prol-da-comunidade/6485</p> <p>PLANO DE AULA 3: EMPREENDEDORISMO: APRENDENDO NA PRÁTICA COM A CRIAÇÃO DE UM BAZAR</p>

	<p>Público-alvo: alunos do 3º ano do Ensino Fundamental, envolvendo habilidades das áreas do conhecimento de matemática, geografia e história.</p> <p>https://planosdeaula.novaescola.org.br/fundamental/3ano/multicomponentes/empreendedorismo-aprendendo-na-pratica-com-a-criacao-de-um-bazar/6482</p>
--	---

Ao analisar os elementos centrais apresentados da BNCC, selecionados acima, relacionando-o com o governmentamento biopolítico e a condução das condutas dos sujeitos, compreendo a emergência na Educação Básica de valores econômicos ganhando “um forte poder normativo, instituindo processos e políticas de subjetivação (GADELHA, 2016, p.143-144)”.

Assim, ao compreender a política curricular como uma ação biopolítica, analisar como a BNCC foi construindo-se como proposta curricular nacional e compreender como as competências e habilidades refletem as características neoliberais na BNCC, utilizando como análise o bloco da alfabetização, desejo demonstrar como a BNCC compõe um campo de possibilidades para constituição de uma subjetividade que procura formar sujeitos competentes, voltados a razão do mundo neoliberal.

3 CAMINHOS HISTÓRICOS PARA A EMERGÊNCIA DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

“... na conjuntura política brasileira opera o sentido de conformar a escola para constituir um sujeito auto empreendedor necessário ao mercado do consumo e da concorrência na racionalidade atual” (TRAVERSINI; MELLO, 2020, p.4).

A BNCC como a conhecemos (terceira versão) emerge em 20 de dezembro de 2017. Porém sua caminhada como documento orientador curricular é marcada por disputas e tensões acerca da sua organização, finalidade e objetivos.

A temática de um currículo nacional comum não é nova, ela já é apresentada na Constituição de 1988, no Artigo 210, em que apresenta a premência de serem “fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” (BRASIL, 1988).

A Lei de Diretrizes e Bases Nacionais (LDB), nº 9394/1996, no Inciso IV do Artigo 9º, determina o que é base comum (competências e diretrizes) e o que poderá ser diversificado nos currículos escolares, afirmando que cabe à União:

“estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum” (BRASIL, 1996).

O artigo 26 da LDB retoma que todos os currículos da Educação Básica deverão ter uma base nacional comum, cabendo a cada sistema de ensino complementar com a parte diversificada de sua região ou localidade:

“os currículos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos” (BRASIL, 1996).

As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº4, de 13 de julho de 2010, através do artigo 14, também aponta para a necessidade de uma base nacional comum:

Art. 14. A base nacional comum na Educação Básica constitui-se de conhecimentos, saberes e valores produzidos culturalmente, expressos nas políticas públicas e gerados nas instituições produtoras do conhecimento científico e tecnológico; no mundo do trabalho; no desenvolvimento das linguagens; nas atividades desportivas e corporais; na produção artística; nas formas diversas de exercício da cidadania; e nos movimentos sociais (MEC, 2010).

O Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005 de 2014, reafirma através das metas 2, estratégias 2.1 e 2.2, 3 e 7, estratégia 7.1, a exigência de uma base nacional comum curricular afirmando a importância da articulação das três esferas Federal, Estadual e Municipal, objetivando elaborar um currículo pautado nos direitos e objetivos de aprendizagem ao mesmo tempo comuns, mas que respeite as diversidades regionais, estaduais e locais:

estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa [União, Estados, Distrito Federal e Municípios], diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos(as) alunos(as) para cada ano do Ensino Fundamental e Médio, respeitadas as diversidades regional, estadual e local (BRASIL, 2014).

A seguir, apresento no quadro abaixo, as metas citadas anteriormente no PNE, em que retomam a exigência de uma universalização na educação básica:

Plano Nacional de Educação (2014)	Meta 2: universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos
-----------------------------------	---

	<p>para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência</p> <p>2.1) o Ministério da Educação, em articulação e colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, deverá, até o final do 2º (segundo) ano de vigência deste PNE, elaborar e encaminhar ao Conselho Nacional de Educação, precedida de consulta pública nacional, proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os (as) alunos (as) do ensino fundamental;</p> <p>2.2) pactuar entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do art. 7º desta Lei, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino fundamental;</p> <p>Meta 3: universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).</p> <p>Meta 7: fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir médias nacionais para o Ideb.</p> <p>7.1) estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos (as) alunos (as) para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local.</p>
--	---

Portanto, embasado nos marcos legais citados, também em 2014, o Ministério da Educação (MEC) convida aproximadamente 116 especialistas de universidades e associações de educadores para elaborar a primeira versão da BNCC. Porém durante toda a caminhada de elaboração do documento houve tensões entre tentativas voltadas aos ideais do público que desejava selecionar conceitos e conhecimentos voltados aos ideais comuns e tentativas voltadas a forma de competências alinhando-se aos ideais de mercado neoliberal (TRAVERSINI; MELLO, 2020).

O MEC entre os diferentes governos que o nosso país teve durante esse período (Governo Dilma Rousseff e Governo Michel Temer) centralizou a condução da BNCC,

porém a iniciativa privada foi convidada a participar do processo e teve uma atuação importante durante toda a elaboração do documento.

Ao longo do período de construção da BNCC, movimentos empresariais articularam-se a profissionais e pesquisadores da educação no Movimento pela Base Nacional Comum Curricular (MPB), coordenado pela Fundação Lemann. O movimento tinha como um dos objetivos facilitar a elaboração de uma “base de qualidade”, promovendo debates, produzindo estudos e pesquisas e investigando casos de sucesso em vários países. (CAETANO, 2020).

O Movimento pela Base retoma a parceria público-privado e aponta características de uma privatização na educação, que segundo Caetano “a privatização não significa a venda da escola pública (propriedade do Estado), mas uma forma de gestão e funcionamento que incorpora ferramentas do setor privado e do mercado” (2020, p.68).

Na tabela abaixo, apresento um esquema do percurso percorrido para a elaboração e aprovação da BNCC – Educação Infantil e Ensino Fundamental:

Tabela 2: Percurso para a elaboração e aprovação da BNCC

2012: Debates sobre a BNCC na SEB (Secretaria de Educação Básica)	A SEB inicia uma proposta preliminar da base nacional comum
2013: Organização do Movimento pela Base (MPB)	MPB foi criado em 2013, durante a realização do “Seminário Internacional Liderando Reformas Educacionais e Fortalecendo o Brasil para o Século 21”, organizado pela Universidade de Yale em parceria com a Fundação Lemann e realizado nos Estados Unidos, em abril de 2013, com o objetivo de facilitar a construção de uma base de qualidade.
2015: Divulgação da 1ª versão da BNCC	Para sua organização participaram professores e especialistas de universidades e esteve em consulta pública na internet.
Mai de 2016: Divulgação da 2ª versão	Foi debatida em seminários organizados pela

da BNCC	Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais em Educação) e Consed (Conselho Nacional de Secretários de Educação).
Abril de 2017: Divulgação da 3ª versão da BNCC	Teve grande participação do setor privado em sua organização, destacando-se a Fundação Lemann. O CNE (Conselho Nacional de Educação) promove audiências nas cinco regiões do Brasil, porém a participação detinha-se a concordar ou não com a Base.
Dezembro de 2017: Aprovação da BNCC	Em 20 de dezembro a Base é aprovada, com o prazo de iniciar sua implantação nas escolas até o início de 2020.

O MPB teve grande participação durante todo o processo de construção da BNCC, abrangendo “agentes do campo educacional que atuam no palco da sociedade política e/ou no palco da sociedade civil” (ANDRADE, 2020, p.145), sendo que muitos dos seus personagens já atuaram em ambos os lados. Sendo composto, desde sua fundação, por: Consed; Undime; Associação Brasileira de Avaliação Educacional (Abave); Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC); Comunidade Educativa CEDAC; Fundação Roberto Marinho; Instituto Ayrton Senna; Todos Pela Educação; Instituto Natura; Instituto Unibanco; Instituto Inspirare; Fundação Lemann; Fundação Maria Cecília Souto Vidigal e o Itaú BBA (ANDRADE, 2020).

A 1ª versão da BNCC é elaborada por profissionais da educação, entre eles professores da Educação Básica e Superior, de diferentes áreas do conhecimento, essa versão foi disponibilizada em 16 de setembro de 2015 até março de 2016 para consulta pública, recebendo mais de 12 milhões de contribuições, além das críticas enviadas pelos “leitores críticos” *convidados pelo MEC e pelo MPB*. As contribuições foram organizadas pela Universidade de Brasília (UnB) e pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC – RJ), que também subsidiaram a construção da segunda versão do documento.

Durante a primeira versão as contribuições caracterizaram-se por serem mais individualizadas, não havendo uma organização coletiva para discussões. Apesar do grande número de participações, segundo Andrade (2020) o debate não esteve presente no cotidiano escolar, nas discussões entre diretores, professores e alunos. O documento era desconhecido de grande parte dos docentes, sendo que a participação dos professores seria essencial para analisar as reais necessidades dos alunos.

para os protagonistas das reformas, caberia aos professores o papel de implementar a BNCC nas salas de aula, e não o de participar ativamente de sua elaboração, fosse como intelectuais detentores de saberes específicos, seja como trabalhadores que conhecem de perto as necessidades do alunado brasileiro (ANDRADE, 2020, p. 122).

Porém, após receber as contribuições, o MEC analisou e definiu o que iria ser incorporado à segunda versão do documento. Em 3 de maio de 2016, a 2ª versão da BNCC foi disponibilizada, com o dobro do número de páginas (652 sendo que a primeira versão tinha 302), pois segundo os autores o documento adotou muitas críticas realizadas a 1ª versão.

Além do aumento no número de páginas, também ocorreu um aumento expressivo na assinatura dos autores da 2ª versão, visto que além do MEC, SEB, Consed e Undime, também participaram equipe de assessores e especialistas, comissão de especialistas de cada etapa e área do conhecimento de toda educação básica (incluindo o ensino médio), professores que colaboraram como revisores dos documentos, além da assessoria de comunicação, equipe de arquitetura da informação e equipe de sistematização das contribuições ao portal da Base Nacional Comum Curricular.

O Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) promoveram diversos seminários estaduais pelo país, com professores, gestores e especialistas para debater essa nova versão da Base.

A ideia é que os seminários permitam a ampla participação dos setores educacionais, contemplando diferentes segmentos, por meio de chamada pública. (...). Além disso, os inscritos em cada estado deverão preencher, no ato da inscrição, um questionário online que servirá para orientá-los quanto à leitura da Base e às discussões por ocasião dos seminários. A recomendação é que os participantes discutam a fundo a segunda versão do documento e apresentem as contribuições quanto à clareza e à pertinência dos objetivos de aprendizagem em cada etapa e sobre os componentes curriculares. Ao término do evento, o estado deverá elaborar um relatório com a sistematização das sugestões apresentadas pelos participantes. O comitê gestor dessa etapa de discussão da BNCC, formado por representantes do Consed e da Undime,

analisará os 26 relatórios estaduais e o distrital para compilar as contribuições em um único documento que será encaminhado ao MEC (apud, ANDRADE, 2020, p.125-126, UNDIME, 2016, s./p.).

O documento foi organizado por componentes curriculares e os participantes já faziam suas contribuições nas áreas específicas, concordando ou discordando do que foi apresentado. Após a análise das novas contribuições, o MEC define o que será acolhido para nova versão da BNCC.

É importante salientar que durante o Governo da Presidente Dilma Rousseff, o processo de construção da Base respeitou a autonomia dos professores representantes da Educação Básica e universitários, não se reduzindo a imposições do setor privado. Nas palavras da Diretora de Currículo e Educação Integral do MEC entre 2014 e 2015, Clarice Salete Traversini

Os grupos internacionais eram os convidados pela Fundação Lemann, que relatavam como as Bases de outros países tinham sido construídas. Como Diretora da Diretoria de Currículos e Educação Integral, que coordenava a elaboração da BNCC, com o colega Italo Dutra, na época o responsável pela escrita da BNCC com o grupo de trabalho, não sofríamos pressão para incluir este ou aquele conteúdo, ou fazer a BNCC desse ou daquele formato diretamente conosco. Como a prof. Maria Beatriz Luce garantia a produção da base de uma forma democrática e coletiva possível naquele momento a influência dos organismos internacionais era quase inexistente. (CORTINAZ, 2019, p.74, apud informação verbal 19 Entrevista concedida por TRAVERSINI, Clarice Salete. Entrevista I. [jun. 2017]. Entrevistador: Tiago Cortinaz. Porto Alegre, 2017).

Necessário pontuar também que até a segunda versão da BNCC, o conceito de competência não havia sido utilizado, sendo a Base estruturada em torno de direitos e objetivos de aprendizagem. A mudança foi justificada pelo MEC pelo conceito de competência já estar presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e na maioria das propostas curriculares feitas nas últimas décadas no Brasil. (MACEDO, 2019).

Por mais que os conceitos de direitos e competências possam apresentar certa proximidade, “trata-se de uma mudança importante na luta política pela homogeneização de uma ideia de currículo nacional” (MACEDO, 2019, p.47). Ao tomar o conceito de competência como central na BNCC, a política curricular brasileira assume seus vínculos com movimentos internacionais, que sob liderança da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) colocam em prática

ações importantes para o neoliberalismo, como avaliações comparativas internacionais, aprendizado ao longo da vida, objetivando a produção do capital humano (MACEDO, 2019). Aqui me cabe retomar que o neoliberalismo necessita formar o capital humano e utiliza investimentos como uma possibilidade de interferência direta na educação.

“Daí as campanhas e as políticas implantadas na mesma época tanto nacional como mundialmente e em todos os níveis da atividade educacional, para diversificar o financiamento do sistema educacional (clamando muito mais abertamente pelo gasto privado), administrar mais “eficazmente” a escola (como fazem as empresas), reduzir a cultura ensinada na escola às competências indispensáveis para a empregabilidade dos assalariados, promover a lógica de mercado na escola e a competição entre famílias e estudantes pelo “bem escasso” (e, conseqüentemente, caro) da educação” (LAVAL, 2020, p.37).

O que pode ser observado nesse movimento em torno da construção da BNCC é um investimento com articulações de grandes influenciadores nacionais e internacionais ligados em maioria ao setor privado, onde procura-se promover uma pulverização de suas ações em todas as escolas do Brasil. Outro importante alerta que Gallo nos apresenta é que:

“...versão apresentada como “Versão Final”, se comparada com a “Segunda Versão” revela, sobretudo, uma mudança de perspectiva. Destaco que aquilo que na versão anterior era denominado como “Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento”, denotando uma certa visão político-social (as escolas devem ensinar aquilo a que, por direito, todo cidadão brasileiro deve ter acesso), passou a ser apresentado como “Competências Gerais da Base Nacional Comum Curricular”. Ainda que no âmbito da Educação Infantil a estrutura siga a mesma, no âmbito do Ensino Fundamental a alteração estrutural foi clara. Se antes se apresentavam os eixos de formação, as áreas do conhecimento, cada uma delas definindo seus objetivos gerais de formação, que se desdobravam nos componentes curriculares que, por sua vez, apresentavam os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, a versão enviada ao Conselho Nacional de Educação pelo MEC modifica tudo isso. Nesta última versão, as áreas do conhecimento definem as competências específicas de área e são estruturadas em componentes curriculares, cada um com suas competências específicas. (GALLO, 2017)

Em agosto de 2016 (mês que ocorreu o impeachment da Presidenta Dilma) começa a ser redigida a terceira versão e em abril de 2017 o MEC encaminha a versão final da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ao Conselho Nacional de Educação (CNE), sendo homologada em 20 de dezembro pelo então ministro da Educação, Mendonça Filho, no governo do Presidente Michel Temer (31 de agosto de 2016 à 01 de janeiro de 2019).

Entre os 116 especialistas da Educação Superior e da Educação Básica que trabalharam na elaboração do documento no Governo Dilma, foram reduzidos, no governo Temer, a um grupo de 22 professores, dos quais apenas 7 eram remanescentes da primeira equipe. Essa grande mudança ocorrida na equipe de trabalho demonstra as alterações ocorridas no decorrer da construção da Base.

A versão definitiva do documento incorpora o conceito da privatização na educação, conforme citado anteriormente por Caetano (2020), quando na sua reformulação (da 1ª e 2ª versões para a 3ª versão) apresenta forte influência das instituições empresariais e seus valores e objetivos incorporados no documento.

Entre a leitura da primeira versão e a que foi aprovada pelo CNE em 2017, percebemos uma alteração conceitual entre base nacional comum e base nacional curricular comum, direitos de aprendizagem e competências e habilidades. Isso mostra mudança na própria concepção curricular que norteia a base e nos interessa. (...) Por fim, uma terceira versão - considerada novidade aos professores - foi apresentada e constitui-se como um documento renovado, com “conteúdos” diferenciados (CAETANO, 2020, p.71).

Portanto, o período de construção das três versões do documento foi marcado por conflitos e tensões ideológicas, muito pelas conturbações no âmbito político com o impeachment da Presidenta Dilma. As discussões acerca das concepções que nortearam o documento e sua elaboração contou com a participação entre especialistas da educação de diversas áreas, no âmbito municipal, estadual e federal, assim como de organismos internacionais e fundações privadas.

Conforme Traversini e Mello (2020), as tensões ocorridas durante a elaboração da BNCC podem ser evidenciadas em 3 movimentos. O primeiro ocorreu em 2010 no I Seminário Nacional: Currículo em Movimento, que tinha como objetivo organizar as discussões ocorridas entre 2011 e 2014 referente a seleção de conceitos que integrariam os currículos nas redes de ensino pautados nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs). “Currículos construídos coletivamente e discutidos pelos professores pelas vias dos processos de formação docente” (TRAVERSINI E MELLO, 2020, p.5).

O período das versões um e dois da BNCC (2015 e 2016) compõe o segundo movimento de tensão, conforme Traversini e Mello (2020), pois foi o período de consulta pública online em que diversos órgãos realizaram posicionamentos críticos ao documento. Entre os críticos temos a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-

Graduação em Educação (ANPED), a ABdC/Associação Brasileira de Currículo, da organização não governamental Ação Educativa, da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), do Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES), dossiês de Revistas como E-Curriculum, Retratos da Escola e Debates em Educação, bem como em diversas publicações sobre a BNCC, e dos próprios convidados para avaliar o documento em construção. As publicações centralizam suas críticas na educação voltada ao mercado de trabalho, assim como nas demandas da economia, a falta de organização quanto a implementação da Base e a formação dos professores e a descaracterização do estudante quanto ser individual e diferente e a universalização do currículo escolar.

O terceiro movimento refere-se à consolidação da BNCC em 2017, foi totalmente reorganizado em competências, unidades temáticas, objetos do conhecimento e habilidades, além de excluir o Ensino Médio, tendo caráter obrigatório, impondo sua implementação até no máximo, o início do ano letivo de 2020.

Assim, a BNCC como um documento normativo, como um campo de disputa, de interpretação, através de sua proposta em centralizar seus saberes em competências e habilidades, produz um campo de ação do outro, a subjetividade de sujeitos, a condução de procedimentos. Vejamos no subcapítulo a seguir como o setor privado (grandes empresas) atua na educação pública brasileira, destacando a emergência da Base Nacional Comum Curricular.

3.1 O EMPRESARIAMENTO DA EDUCAÇÃO

O novo modelo escolar e educacional (...) só têm sentido com base no serviço que devem prestar às empresas e à economia. O “homem flexível” e o “trabalhador autônomo” são as referências do novo ideal pedagógico (LAVAL, 2019, p.29).

A partir do final do século XX, o neoliberalismo através da sua lógica mercantil tem influenciado as reformas educacionais, para que “todos sejam educados em sintonia com os ditames neoliberais” (VEIGA-NETO, 2018, p. 42), buscando um sujeito auto regulado, flexível e empreendedor.

O neoliberalismo inscreve na estrutura da educação diretrizes de uma governamentalidade pedagógica responsável por incluir estratégias, nomenclaturas, objetivos e metas do empresariamento financeiro. Índices de produtividade,

flexibilização do currículo, fluxos de gestão, aprender como sinônimo de empreender, são alguns dos exemplos dessa mercantilização na educação. Cabe nesta seção discutir os elementos do que chamamos de Empresariamento da educação onde o investimento nos sujeitos da educação se dá pela adoção de uma forma empresarial e empreendedora advinda dos mundos privado, mas que “passa a ser um modelo de comportamento extensível a todos, de modo que deveria ser perseguido não só nos negócios, mas em todos os aspectos da vida” (ALVES, KLAUS, LOUREIRO, 2021, p.5)

Pela ótica neoliberal, a educação não apenas necessita colaborar com a economia, ela deve se submeter plenamente à lógica econômica, sendo uma atividade com custo e retorno, se assemelhando a uma mercadoria. A escola deve sujeitar-se à razão econômica, justificando-se apenas pelo serviço que deve prestar às empresas e à economia (LAVAL, 2019).

As diferentes formas de incorporar a educação ao capitalismo global, a torna um mercado extremamente promissor aos olhos das grandes empresas, visto que “ela é e será objeto de gastos cada vez maiores da parte das empresas, das famílias, dos Estados, tendo em vista um aumento do rendimento futuro” (LAVAL, 2019, p.131).

A mercadorização da educação não trata apenas de uma mudança na maneira de comercializar escolas e suas ferramentas, mas sim de direcionar toda uma lógica de produção e circulação de produtos, assim tornando-se uma mercadoria altamente rentável, atraindo grandes empresas para esse novo mercado (ANDRADE, 2020).

Ocorre importantes transformações na relação escola e economia em um sentido utilitarista: de um lado a forte concorrência e de outro o papel da qualificação e do conhecimento para a produção e a venda de bens e serviços. Tanto as organizações internacionais, quanto os governos de países subdesenvolvidos, transformaram a competitividade na máxima dominante dos sistemas educacionais: Competitividade econômica é também competitividade do sistema educacional” (LAVAL, 2019, p.29).

Dessa forma, as diferentes maneiras de privatizar a educação pública, tornou-se uma prática adotada pelo governo para justificar uma suposta qualidade na educação através da ótica dos resultados. Essa compreensão está inserida em um movimento mundial econômico, político e social, que fortalece o discurso em torno de competências, transformando-as no objetivo fundamental da escola.

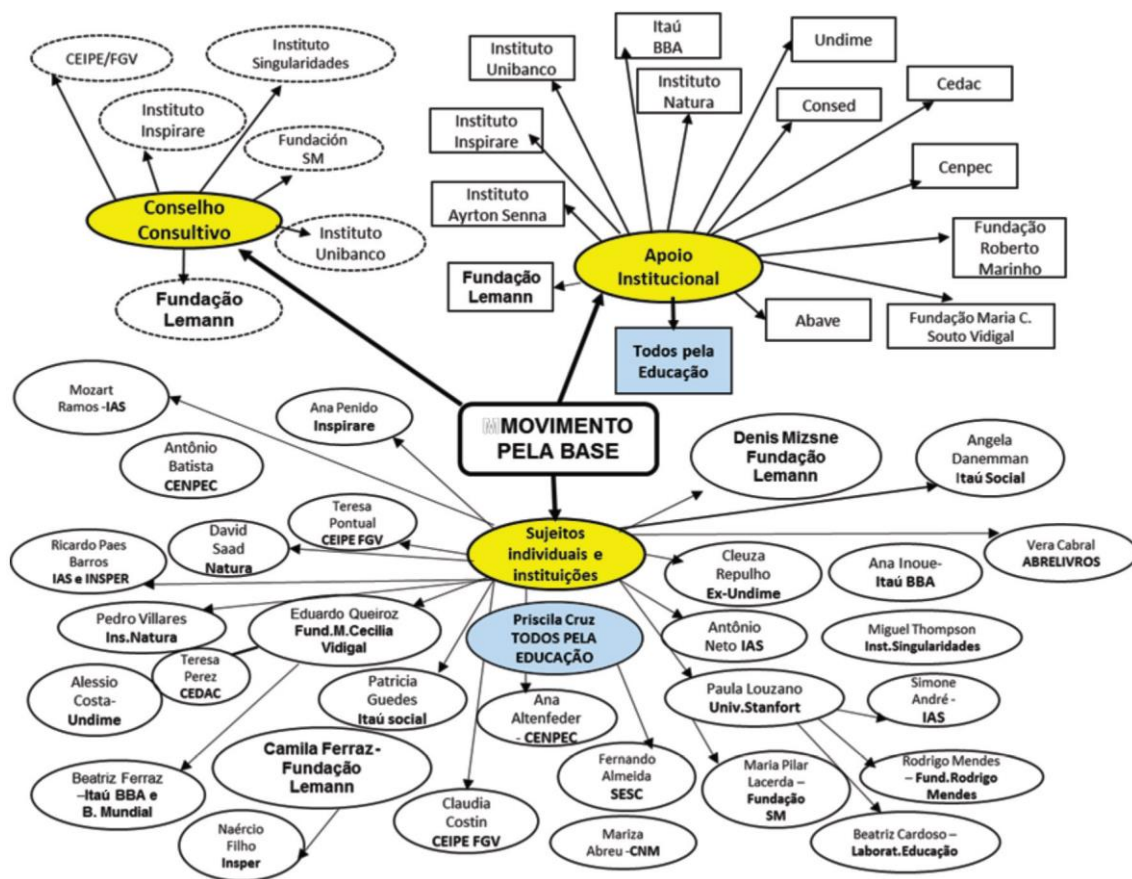
As reformas seriam realizadas através de parcerias público-privadas, nas diversas áreas da educação, como desenvolvimento curricular, formação de professores, gestores, consultorias às Secretarias de Educação, serviços de avaliação, entre outros (CAETANO, 2019). Além de fornecer ferramentas para o funcionamento e trabalho escolar, como livros didáticos, obras, documentos para escolas, máquinas e instalações de todos os tipos (LAVAL, 2019).

Portanto, em razão de uma série de fenômenos “podemos abrigar sob o termo mercadorização, essa complexa imbricação entre domínio público e privado” (LAVAL, 2019, p.129), sendo que podemos distinguir dois grandes fenômenos. O primeiro remete as empresas que desejam ingressar no setor da educação de forma direta, vendendo produtos, ou de maneira indireta, através de publicidade. O segundo fenômeno consiste em transformar as “escolas em empresas produtoras de mercadorias específicas” (LAVAL, 2019, p.130), isto é, a transformação dos recursos e conteúdos do ensino em mercadoria.

No Brasil podemos utilizar a construção da BNCC como um grande exemplo do empresariamento direto na área educacional, pois contou com a presença de diversas instituições públicas e privadas. Segundo Caetano (2019), uma das formas de privatizar a educação é a transferência do desenvolvimento curricular à iniciativa privada, assim como a contratação para formações, consultorias e serviços de avaliações.

O Movimento pela Base Nacional Comum (MPB), atuante durante toda a elaboração da BNCC, se apresenta como um grupo não governamental de pesquisadores e profissionais da educação. Criado em 2013, durante a realização do “Seminário Internacional Liderando Reformas Educacionais e Fortalecendo o Brasil para o Século 21”, organizado pela Universidade de Yale em parceria com a Fundação Lemann e realizado nos Estados Unidos, cujo objetivo era discutir temas prioritários para o desenvolvimento de políticas educacionais para o Ensino Fundamental, envolvendo reforma e currículo (ANDRADE, 2020).

Os sujeitos participantes do Movimento pela Base movimentam-se tanto no setor público, quanto no privado. A partir de Caetano (2019), apresento na figura abaixo a estrutura do movimento dividida em pessoas (sujeitos e a instituição que representa), Conselho Consultivo e Apoio Institucional (institutos, fundações, braços de instituições e bancos).



Fonte: Elaborada por Caetano, a partir do MPB (setembro, 2018).

A figura nos apresenta o protagonismo de instituições ligadas ao empresariado nacional, tendo em destaque a Fundação Lemann, Instituto Ayrton Senna, Instituto Unibanco, Fundação Roberto Marinho, Instituto Inspirare, Fundação Santillana, Abrelivros, entre outros. Os sujeitos individuais participantes estão ora no Estado e ora no mercado, sendo que muitos estavam ligados a Undime, Consed, CNE e MEC.

A capacidade de articulação é o ponto forte do Movimento pela Base. As organizações ligadas ao empresariado têm atuado na educação pública por meio de diversos programas, conforme já apresentamos. A União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e o Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed) representam os gestores da educação no Movimento, que conta também com a participação de parlamentares, como Alex Canziani e Thiago Peixoto. As organizações prestadoras de serviços também participam do Movimento. É o caso do Centro de Estudos, Pesquisas, Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), da Comunidade Educativa Cedac e do Laboratório de Educação, todas financiadas por grandes grupos econômicos, como Itaú, Unibanco, Bradesco, Santander, Votorantim e Carioca Engenharia (ANTUNES, 2018 apud CAETANO, 2019).

A tabela abaixo apresenta as principais organizações sociais que compõem o MPB e sua atuação na educação.

Tabela 3 – Organizações sociais que compõem o MPB

Abave	Espaço plural e democrático para o intercâmbio de experiências entre os acadêmicos e os implementadores da avaliação educacional.
Cedac	Apoia profissionais da educação no desenvolvimento de conhecimentos e práticas que resultem na oferta de uma educação pública de qualidade
Cenpec	Organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, que tem como objetivo o desenvolvimento de ações voltadas à melhoria da qualidade da educação pública e à participação no aprimoramento da política social.
Consed	O Conselho Nacional de Secretários de Educação congrega, por meio de seus titulares, as Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal.
Fundação Lemann	Organização familiar sem fins lucrativos que desenvolve e apoia projetos inovadores em educação; realiza pesquisas para embasar políticas públicas no setor e oferece formação para profissionais da educação e para o aprimoramento de lideranças em diversas áreas.
Fundação Maria Cecília Souto Vidigal	Organização familiar sem fins lucrativos que atua pelo pleno desenvolvimento da criança na primeira infância (fase do nascimento até 6 anos). Dedicar-se a atividades de conscientização da sociedade, mobilização de lideranças, apoio à qualificação da educação infantil e programas de atenção às famílias
Fundação Roberto Marinho	Entidade sem fins lucrativos voltada para a educação e o conhecimento que contribui com o desenvolvimento da cidadania.

Instituto Ayrton Senna	Organização sem fins lucrativos que trabalha para ampliar as oportunidades de crianças e jovens por meio da educação.
Instituto Inspirare	Instituto familiar que tem como missão inspirar inovações em iniciativas empreendedoras, políticas públicas, programas e investimentos que melhorem a qualidade da educação no Brasil.
Instituto Natura	Executa e apoia projetos voltados à melhoria da Educação Básica da rede pública, no Brasil e na América Latina, que sejam pautados na eficácia da aprendizagem, na equidade de resultados e na coesão social.
Instituto Unibanco	Visa ampliar as oportunidades educacionais dos jovens em busca de uma sociedade mais justa e transformadora, focando sua atuação na melhoria do Ensino Médio.
Itaú BBA	O Itaú BBA é o maior banco de investimento corporativo da América Latina e faz parte do grupo Itaú Unibanco.
Todos Pela Educação	Movimento da sociedade brasileira que tem como missão contribuir para que até 2022, ano do bicentenário da Independência do Brasil, o País assegure a todas as crianças e jovens o direito à Educação Básica de qualidade
Undime	A União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação é uma associação civil, fundada em 1986, que reúne dirigentes municipais de educação para construir e defender a educação pública com qualidade social.

Fonte: Andrade, 2020.

As instituições que fazem parte do MPB oferecem todo tipo de soluções para a educação pública e lançam no mercado todo tipo de material especialmente destinado à rede pública, da Educação Infantil ao Ensino Médio: programas, livros didáticos, softwares, manuais, plataformas digitais, formação de professores, incluindo contratação de consultores para todo tipo de serviços na educação (CAETANO, 2019).

Segundo Andrade (2020) entre as instituições que atuam no MPB, oito já estavam ligadas à educação brasileira a aproximadamente vinte anos, desenvolvendo projetos dedicados à formação de alunos, professores, diretores e apoio às secretarias de

educação, totalizando 249 projetos educacionais em 2017. Porém, apesar da educação já ser um mercado lucrativo direto para instituições ligadas ao MPB, o desejo de atuar nas reformas do sistema educacional era muito maior.

A Base Nacional Comum Curricular é o eixo central da reforma educacional brasileira, pois é a partir dela que ocorre a elaboração de todos os currículos voltados à educação básica, além de formação de professores, adequação de livros didáticos, alinhamento das avaliações externas, entre outros. Ao incluir objetivos revestidos de bondade e interesse na formação dos sujeitos em uma lógica neoliberal crianças e jovens são considerados como o público-alvo capaz de incorporar essas mudanças da lógica empresarial, pois se acredita que o “seu pensamento ainda não foi solidificado por anos de maus hábitos. O pensamento orientado para processos deve ser incorporado aos currículos de escolas secundárias e até primárias (KLAUS, 2017, p.350). Eis a constituição de uma noção de Empresariamento na educação que se corporifica nas práticas e mecanismos políticos colocados em funcionamento ao instituir a BNCC, pulveriza e capilariza verdades em um fluxo de saber poder.

A partir do final do século XX, com a emergência do capital humano e do sujeito empreendedor como valores sociais, elaborar um currículo voltado a essa formação torna-se primordial, pois conduz a conduta de crianças e jovens através de uma pedagogia empreendedora.

“A política neoliberal extrapola em muito os mercados de bens e serviços e diz respeito à totalidade da ação humana, procurando moldar os sujeitos para torná-los empreendedores dispostos a aproveitar as oportunidades de lucro e a entrar no processo permanente de concorrência (Dardot e Laval, 2016 apud KLAUS, 2017, p.347)”.

Para o novo capitalismo, segundo Laval (2019) a escola deve sujeitar-se à razão econômica, formando o homem flexível e o trabalhador autônomo, empreendedor, que tenha competências e habilidades para a competitividade econômica. O ensino passa a ser visto como um grande mercado que deve fornecer subsídios para que o indivíduo possa investir em conhecimentos economicamente valorizáveis, isto é, no seu capital humano.

Assim o que antes era visto como gasto com educação, passou a ser visto como investimento em um novo tipo de capital, o capital humano, formando desta forma, sujeitos empreendedores para atuarem em uma economia flexível. “A ideia é a do empresariamento de si e da capitalização do homem, ou seja, é preciso ver a si mesmo

como um capital que requer investimentos permanentes, e a educação passa a ser entendida como algo necessário ao longo de toda a vida” (KLAUS, 2017, p.348). Dessa forma, a parceria público-privado é a maneira mais simples do mercado incluir seus valores na sociedade e formar o sujeito que deseja para o mercado de trabalho.

Klaus (2017) apresenta um mapeamento, realizado em 2016, de 27 programas e/ou projetos realizados no Estado do Rio Grande do Sul a partir da parceria de 22 empresas e/ou outras instituições com oito secretarias de educação e três CREs. Entre os parceiros temos: Terceiro Setor: ONG Glocal; Junior Achievement; Instituto Jama; Instituto Avisa-lá; Instituto Natura; Instituto Crescer Legal; Instituto Alfa e Beto; Associação Atlética Banco do Brasil (AABB); Fundação John Deere; Associação Comercial e Industrial de Uruguaiana (ACIU); AFUBRA; Celulose Riograndense (CMPC); Projari; Sistema S: SEBRAE; SESI; SESC; SENAC; Cooperativas de Crédito: SICREDI; Empresas: Toyota, Medabil, Plastiweber e Bannisul. Dos 27 projetos desenvolvidos pelos parceiros, 19 têm como foco central a formação de crianças e jovens empreendedores.

Assim como a análise realizada por Klaus, o currículo nacional também orienta para a formação do sujeito empreendedor, que desenvolve competências e habilidades voltadas à mentalidade empresarial característica do tempo em que vivemos.

No documento final da BNCC, intitulado Educação é a base, com o apoio do MPB (BRASIL: 2017), apresentam-se as competências gerais que se tornaram obrigatórias para os sistemas e escolas: conhecimento; pensamento científico, crítico e criativo; repertório cultural; comunicação; cultura digital; trabalho e projeto de vida; argumentação, autoconhecimento e autocuidado; empatia e cooperação; responsabilidade e cidadania. Percebemos, na descrição das competências, a orientação para as competências socioemocionais, além do empreendedorismo e meritocracia abordados em outro estudo (CAETANO, 2020, p.77).

Dessa forma, o papel da educação muda, como sua organização e referências, pois “a razão de ser da instituição escolar não se encontra mais na distribuição mais igual possível do conhecimento, mas nas lógicas da produtividade e da rentabilidade” (LAVAL, 2019, p.68). Como exemplo dessa nova redefinição de instituição escolar como empresa educacional, nesse cruzamento de economia com educação temos a “aprendizagem ao longo da vida”, vinculada às noções de eficiência, desempenho e competência, trazendo a lógica de mercado à educação.

4NEOLIBERALISMO E BNCC: EMERGÊNCIA DE UMA SUBJETIVIDADE COMPETENTE

“O caráter fundamental da nova ordem educacional está ligada à perda progressiva de autonomia da escola, acompanhada de uma valorização da empresa, que é levada ao ideal normativo. Nessa “parceria generalizada”, a própria empresa se torna “qualificadora” e “envolvida no aprendizado” e acaba se confundindo com a instituição escolar em “estruturas de aprendizagem flexíveis” (LAVAL, 2019, p.30).

O que pretendo realizar neste capítulo é um exercício de análise que procura, ao trazer excertos da BNCC, me fazer pensar nela como uma constituidora de uma subjetividade competente contemporânea. Ou seja, o discurso enaltecido pela BNCC em torno das competências e habilidades ganha novos contornos uma vez que adotado para todo território nacional.

Essa nova arte de governar se caracteriza essencialmente, creio eu, pela instauração de mecanismos a um só tempo internos, numerosos e complexos, mas que têm por função – é com isso, digamos assim, que se assinala a diferença em relação à razão de Estado – não tanto assegurar o crescimento do Estado em força, riqueza e poder, [o] crescimento indefinido do Estado, mas sim limitar do interior o exercício do poder de governar. (FOUCAULT, 2008, p.39).

A arte de governar, segundo a razão de Estado apresentada por Foucault (2008), baseava-se na compreensão de que se governa pouco, e assim para fortalecer o Estado, devia-se governar sempre mais, tanto seus poderes, quanto suas riquezas. Porém em meados do século XVIII emerge uma nova arte de governar, que permeia a ideia de que se governa sempre demais e que, sendo assim é necessário limitar o poder de governar a partir do interior do próprio Estado.

Portanto, temos a emergência do liberalismo, que apresenta a ideia de um Estado e governo mínimos. Segundo Veiga-Neto, o liberalismo é menos uma fase histórica, uma filosofia política ou um sistema econômico, e mais um refinamento da arte de governar, em que o governo, para ser mais econômico, torna-se mais delicado e sutil, de modo que “para governar mais, é preciso governar menos (VEIGA-NETO, 2000, p.4)”.

Essa racionalidade governamental, o liberalismo, não se opõe ao poder, mas coloca em destaque que “governar demais era, no fundo, não governar; governar demais

era induzir resultados contrários aos resultados desejados (Foucault, 2008, p.15)”. O liberalismo inaugurou uma espécie de insatisfação permanente com o governo. Trata-se de um governar moderadamente, é o nascimento do *laissez-faire*, *laissez-passer* (deixar-fazer, deixar passar), consolidado pela teoria de Adam Smith, da mão invisível, que indicava uma autorregulação do mercado, estabelecendo o que o governo poderia ou não intervir (Avelino, 2016).

O liberalismo não defende a valorização das liberdades individuais; ele reclama “a proteção de uma economia de mercado dotada de processos naturais e espontâneos”, não é a defesa às liberdades, mas o respeito às naturalidades do mercado (Avelino, 2016, p.254). O liberalismo precisa da liberdade, porém não pode se constituir como um perigo nem aos sujeitos, nem ao mercado. A liberdade é fabricada pelo liberalismo e obedece aos princípios de segurança, isto é, a liberdade do sujeito indivíduo não pode ameaçar a liberdade dos sujeitos da população ou vice-versa.

Conforme Kamila Lockmann, o liberalismo introduziu ou foi vítima do que poderia ser chamado de crise da governamentalidade, que se desenvolveu devido ao aumento do custo econômico do exercício da liberdade ou da inflação dos mecanismos compensatórios da liberdade. Ou seja, “a chamada crise do liberalismo foi desencadeada por uma série de situações que, com o intuito de garantir, acabaram colocando-a sob ameaça (2013, p.83)”. Segundo Foucault (2008, p.94),

O conjunto de mecanismos que, desde os anos de 1925-1930, tentaram propor fórmulas econômicas e políticas que garantam os Estados contra o comunismo, o socialismo, o nacionalismo, o fascismo, esses mecanismos, garantias de liberdade, instalados para produzir esse “mais” de liberdade, foram todos da ordem da intervenção econômica, isto é, da subjugação ou, em todo caso, da intervenção coercitiva no domínio da prática econômica.

Assim, o estudo que empreendo até esse momento é de procurar entender como a governamentalidade liberal foi paulatinamente sendo interpelada, absorvida em muitos de seus aspectos na transposição para uma governamentalidade neoliberal. Como de uma racionalidade que visava as questões econômicas e de não intervenção estatal, passamos para uma racionalidade que incorpora os elementos do liberalismo, mas se transmuta para algo muito maior. Enquanto o Liberalismo defendia a liberdade econômica do mercado, a governamentalidade neoliberal “intervirá para maximizar a competição, para produzir liberdade para que todos possam estar no jogo econômico”

(SARAIVA, VEIGA-NETO, 2009, p.18). Entendendo que estar nesse jogo é prerrogativa do neoliberalismo, posso aludir que as políticas educacionais colocadas em ação principalmente do século XX até nosso momento visam a educação e a subjetividade dos sujeitos como campo de intervenção. Pois a “educação pode ser vista, então, como investimento nas pessoas no capital humano para que isso aconteça, pois, a educabilidade dos sujeitos para viver em sociedade perpassa pelas funções da escola” (SANTAIANA, 2015, p.37).

A governamentalidade neoliberal apresenta novas táticas e novos dispositivos que colocam o Estado em uma nova lógica de investimento na subjetividade dos sujeitos. Em uma perspectiva foucaultiana, o neoliberalismo não é contra o Estado, nem mesmo um retrocesso ou diminuição do seu papel. O que ocorre é uma reinscrição de “técnicas e formas de saberes, competências, expertises, que são manejáveis por expertos e que são úteis tanto para a expansão das formas mais avançadas do capitalismo, quanto para o governo do Estado” (VEIGA-NETO, 2000, p.9). Sendo assim, um dos objetivos da racionalidade neoliberal é que o Estado utilize a lógica da empresa, que ocorra um empresariamento do Estado e para isso os sujeitos precisam ser educados para viverem competentemente nessa sociedade.

O deslocamento da racionalidade liberal para neoliberal não significa dizer que um se sobrepõe ao outro, mas que o neoliberalismo institui outras formas de investimento, visto que as práticas neoliberais “realizam um vasto investimento em intervenções não só puramente econômica, como também naquelas que atingem o sujeito e as formas deste se ver enquanto cidadão, de direitos, deveres e principalmente de escolhas” (SANTAIANA, 2015, p.37). Ser um sujeito de escolhas é fundamental ao neoliberalismo, mas é fundamental nesse olhar que priorizo na pesquisa, entender que estar incluído e participando dos processos de escolhas, que são sempre reguladas, significa entender que na governamentalidade neoliberal “o sujeito é educado para entrar no jogo, permanecer nele e desejar permanecer nele” (SANTAIANA, 2015, p.37).

Uma das novas táticas do neoliberalismo é a mudança, segundo Veiga-Neto, do “sujeito iluminista/moderno, idealizado como indivisível, unitário” para o “sujeito-cliente, ao qual se oferecem infinitas possibilidades de escolha, aquisição, participação e consumo” (2000, p.9). Esse sujeito-cliente é marcado pela capacidade de escolha. Essa capacidade natural deve ser preenchida com um conteúdo não-natural, isto é, com um objeto produzido pela atividade econômica (uma mercadoria, um serviço). E para que

esse sujeito-cliente possa fazer suas escolhas, é preciso que saiba como fazê-las, e isso ele aprende através da combinação de múltiplos critérios de preferência. Sendo assim, a capacidade de competir é fundamental, pois na medida que o Estado assume características empresariais, a competição abrange todos os setores econômicos, políticos e sociais.

Foucault aborda o neoliberalismo tratando como um dos seus elementos a Teoria do Capital Humano. A Teoria foi formulada por Theodore Schultz, economista da Escola de Chicago, no final da década de 1950 e início de 1960. Conforme Gadelha (2009), a noção de capital humano refere-se a um conjunto de habilidades, capacidades e destrezas. Trata-se de compreender que as habilidades, as competências, as aptidões de um indivíduo constituem, elas mesmas, o seu próprio capital. Sendo assim, considero necessário através dessa pesquisa, analisar as relações de poder presentes no conceito de competência e nas 10 competências gerais presentes na Base Nacional Comum Curricular, como um investimento no sujeito, no capital humano, em suas competências para esse tempo.

Formar capital humano, formar, portanto, essas espécies de competência-máquina que vão produzir renda, ou melhor, que serão remunerados por renda, quer dizer o que? Quer dizer, é claro, fazer o que se chama de investimentos educacionais. Na verdade, não se esperam os neoliberais para medir certos efeitos desses investimentos educacionais, quer se trate de instrução propriamente dita, quer se trate da formação profissional, etc. Mas os neoliberais observam, na verdade, o que se deve chamar de investimento educacional, em todo caso os elementos que entram na constituição de um capital humano. (FOUCAULT, 2008, p. 315)

Foucault (2008) divide os investimentos em capital humano em dois grupos: os elementos inatos (biológicos) e os elementos adquiridos ao longo da vida, como cursos profissionalizantes, formações, orientações psicológicas e a educação em todas as suas modalidades e níveis. Um exemplo de investimento educacional que orienta o governo das condutas, é a BNCC, através de práticas discursivas que conduzem a constituição de sujeitos/alunos.

Nas políticas públicas para a educação, e no que importa a este estudo sobre a BNCC e sua ação na formação dos sujeitos/alunos, as práticas de governo exercidas nesta população permitem que se constitua uma rede de saberes e poderes sobre eles. Sendo assim, o corpo e a vida desses sujeitos irão produzir práticas docentes com eles, além de se tornarem matéria farta para intervenções estratégicas. O governo

dos sujeitos se operacionaliza a partir das novas configurações do neoliberalismo, como discutido por Foucault, mas que podem estar emergindo de uma subjetividade afeita a competência no campo da educação.

Temos que admitir que o poder produz saber (e não simplesmente favorecendo-o porque o serve ou aplicando-o porque é útil); que poder e saber estão diretamente implicados, que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder. Essas relações de “poder-saber” não devem então ser analisadas a partir de um sujeito de conhecimento que seria ou não livre em relação ao sistema de poder; mas é preciso considerar ao contrário que o sujeito que conhece, os objetos a conhecer e as modalidades de conhecimentos são outros tantos efeitos dessas implicações fundamentais de poder-saber e de suas transformações históricas (FOUCAULT, 2002, p.27).

Ora, se observamos a BNCC como um documento que orienta as aprendizagens essenciais e essas são vistas como uma ação biopolítica, analisando os discursos materializados no seu interior, torna-se evidente a relação. Ao produzir saberes específicos para o currículo nacional, e estar estrategicamente destinada a todas as redes de ensino do país, sua aparente pulverização encontra assim sua grande força.

Referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares, a BNCC integra a política nacional da Educação Básica e vai contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação (BRASIL, 2017, p.8).

A BNCC apresentada como referência na elaboração dos currículos escolares de todas as redes escolares, envolvendo todas as etapas da educação básica, pode ser vista como um documento ordenador e disciplinador das práticas pedagógicas, apontando o modo de pensar, classificar e hierarquizar o que deve e o que não deve ser aprendido, produzindo e regulando subjetividades. É priorizada a questão do alinhamento para todos e acredito que tal alinhamento de forma curricular preconiza o que considero que seja “a aquisição de certas habilidades, mas também de aquisição de certas atitudes” (FOUCAULT, 2004, p.324).

Segundo Gadelha (2009), o neoliberalismo exerce tamanha influência no ethos de vida dos sujeitos que busca programar as atividades e os comportamentos dos indivíduos. Deseja “programá-los e controlá-los em suas formas de agir, de sentir, de

pensar e de situar-se diante de si mesmos, da vida que levam e do mundo em que vivem, através de determinados processos e políticas de subjetivação” (GADELHA, 2009, p.178). Dessa forma, a BNCC assume o papel de condutora e constituidora de subjetividades, visto que norteia os currículos escolares quanto país, apresentando características, conforme Silva (2015), de um currículo tecnicista, visto que os processos de decisão estão situados nos Estados, privilegiando uma linguagem especializada produzida por consultores nacionais e internacionais.

Ao longo da Educação Básica, as aprendizagens essenciais definidas na BNCC devem concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais, que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento (BRASIL, 2017, p.8).

Veiga-Neto (2000) nos questiona sobre os objetivos da escolarização na e para a lógica neoliberal, e apresenta como resposta criar/moldar o sujeito-cliente. Esse sujeito vive efeitos da função disciplinadora e da lógica de controle no cotidiano escolar. O ensino por competências objetiva preparar o sujeito-cliente a ser mais competitivo e eficaz em suas escolhas de consumo. Assim, a BNCC, através da lógica das competências, procura moldar o sujeito-cliente neoliberal, tornando-o mais competitivo para o mercado de trabalho. A partir do exposto e pensando sobre a lógica neoliberal, ao procurar compreender o contexto de racionalidade em que a BNCC está inserida, e como esta reverbera nos currículos escolares, podemos aferir que além de conduzir as práticas, ela governa as condutas operando por meio de um governo biopolítico.

Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (BRASIL, 2017, p.8).

Através do conceito de competência, definida na BNCC, percebe-se as características dos efeitos da governamentalidade neoliberal na educação, relacionando-a com a teoria do Capital Humano: mobilizar, investir, tornar hábil para uma sociedade que se quer.

“Creio que a teoria do Capital Humano e a cultura do empreendedorismo não estão desvinculadas, por outro lado, da crescente atenção e valorização que se vem dando, de duas décadas para cá, e hoje mais do que nunca, à questão das competências – na formação do professor, nos processos de aprendizagem dos alunos (aprender a aprender), na montagem dos programas curriculares, nas formas de avaliação e na educação, tomada num sentido amplo.” (GADELHA, 2009, p.182).

Gadelha (2009) nos leva a tensionar o ensino das competências na medida em que as relaciona com o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e destrezas que são úteis no e para o mercado, ou seja, o que mereceria investimentos por parte dos indivíduos para o capital humano. O indivíduo, torna-se um sujeito econômico, um empreendedor de si mesmo, que através do desenvolvimento de competências, investe em si, no seu desenvolvimento e aperfeiçoamento. Nesse sentido perfaz a necessidade de uma educação que prime para constituição de sujeitos, logo a escola é” instituição fundamental de formação e produção de subjetividade, é um dos meios privilegiados escolhidos para fabricar esse novo sujeito.” (ALVES, KLAUS, LOUREIRO, 2021, p.6)

Um dos objetivos do governo neoliberal na educação é a aquisição de competências adequadas ao mercado, tendo em vista a produção dos sujeitos empreendedores de si mesmo. A BNCC, através do ensino das 10 competências, ao longo de toda a Educação Básica, possibilita o desenvolvimento desse sujeito econômico, pronto para o mercado competitivo.

... as competências gerais da BNCC ... inter-relacionam-se e desdobram-se no tratamento didático proposto para as três etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), articulando-se na construção de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e na formação de atitudes e valores, nos termos da LDB (BRASIL, 2017, p.8).

A BNCC, com a educação voltada para o desenvolvimento de competências e habilidades, como estratégia de governo da educação básica brasileira, coopera com os jogos de produção dos saberes e poderes de subjetivação no governo da população em idade escolar. “A competência tem conexão estreita com a exigência de eficiência e flexibilidade que a sociedade da informação impõe aos trabalhadores” (LAVAL, 2020, p.77). Assim, apresento no próximo subcapítulo a BNCC e sua organização através das competências e habilidades tendo como eixo de análise o bloco de alfabetização dos anos iniciais do ensino fundamental.

4.1 BNCC: O CURRÍCULO POR MEIO DE COMPETÊNCIAS NOS ANOS INICIAIS

Embora Perrenoud não seja um autor do referencial que essa pesquisa transita, considero trazer sua concepção de competência, por saber que ele é um nome referência quando tratamos desse importante conceito no campo educacional. Segundo Perrenoud (1999, p.19), “não existe uma definição clara e compartilhada sobre o conceito de competência”. Ela seria uma capacidade de atuar eficazmente em um determinado tipo de situação, apoiada em conhecimentos, mas sem se limitar a eles. Na área da educação, as competências envolvem questões sociais, cognitivas, culturais, afetivas, profissionais e produtivas objetivando resolver um problema situado em um contexto (MIGUEL e TOMAZETTI, 2013).

O desenvolvimento de competências é tomado neste estudo como uma condição de possibilidades para objetivar de forma subjetiva que se produzam sujeitos-alunos que aprendam, que empreendam sobre si ou, segundo Gadelha (2009), um “indivíduo-micro-empresa”. Destaca César (2010), que o novo sujeito econômico deverá se autoproduzir através de diversas tecnologias, as quais deverão ampliar suas capacidades corporais e cognitivas no sentido de torná-lo um “empreendedor de si mesmo”.

Este novo sujeito será, dentre outros fatores, o resultado de investimentos educacionais na infância e na juventude, garantidos tanto por meio de intervenções estatais visando o governo do corpo a partir da escola, quanto por meio das próprias respostas dos sujeitos aos estímulos e às demandas do mercado de concorrência (CÉSAR, 2010, p.232).

O investimento em capital humano realizado pela educação pode ser visualizado através do desenvolvimento de habilidades e competências promovidas pelos currículos escolares. A BNCC, tomada por seus discursos, constitui um dos corpus empíricos desta pesquisa, uma vez que tem como objetivo principal desenvolver competências gerais e habilidades da Educação Infantil ao Ensino Médio.

Na busca por compreender como as competências e habilidades refletem as características neoliberais na BNCC, utilizando como análise o bloco da alfabetização, esta pesquisa propõe-se a contribuir com estudos sobre o currículo, considerando-o como peça central do aparato disciplinar e do governmentamento biopolítico voltado às crianças e jovens (FOUCAULT, 2017). Assim, ao utilizar a BNCC com suas habilidades e competências do início do Ensino Fundamental, pretende-se colaborar

com análises de estudos curriculares e seus objetivos frente à emergência da tática neoliberal e o governo dos alunos.

Utilizando como referência o documento da BNCC, com seus mecanismos técnicos e políticos, arrisca-se esclarecer através de análises de planejamentos de aulas do bloco da alfabetização do ensino fundamental, algumas formas de como ocorre a ação de governo da população escolar. “O funcionamento desta rede de exercício do poder incentiva, conduz e produz, os modos de sujeição dos indivíduos gradativamente, desde o seu nascimento até a sua velhice” (GERHARDT; SANTAIANA, 2019, p. 3).

Como forma de analisar as competências e habilidades no planejamento diário dos professores, trago alguns exemplos de planos de aula propostos pela Nova Escola², em que já é sugerido a temática, habilidades, competências, sugestões de atividades e até mesmo um roteiro com explicações e questionamentos que o docente pode realizar às crianças em aula. Importante salientar que os planejamentos propostos pela revista são gratuitos e alinhados à BNCC, e principalmente, a mantenedora é a Fundação Lemann, que teve uma grande influência e participação na elaboração da Base.

PLANO DE AULA 1: QUANTO CUSTA VIVER?

Assunto relacionado: Educação Empreendedora

Habilidades BNCC

(EF03MA26) Resolver problemas cujos dados estão apresentados em tabelas de dupla entrada, gráficos de barras ou de colunas.

(EF03MA28) Realizar pesquisa envolvendo variáveis categóricas em um universo de até 50 elementos, organizar os dados coletados utilizando listas, tabelas simples ou de dupla entrada e representá-los em gráficos de colunas simples, com e sem uso de tecnologias digitais.

(EF03HI11) Identificar diferenças entre formas de trabalho realizadas na cidade e no campo, considerando também o uso da tecnologia nesses diferentes contextos.

(EF03HI12) Comparar as relações de trabalho e lazer do presente com as de outros tempos e espaços, analisando mudanças e permanências.

Objetos de conhecimento

Relações de trabalho, salário mínimo e condições de lazer.

Orçamento familiar.

Leitura, interpretação de dados retirados de textos e representação em tabela.

Objetivos de aprendizado

Identificar o valor do salário mínimo.
Reconhecer os gastos mensais de pessoas que convivem na mesma casa.
Comparar as relações de trabalho e lazer do presente com as de outros tempos.
Organizar dados de pesquisa em tabelas e resolver situações-problema, em contexto de renda familiar e gastos.

Competências gerais

1. Conhecimento
2. Pensamento científico, crítico e criativo
4. Comunicação
6. Trabalho e projeto de vida
7. Argumentação
9. Empatia e cooperação
10. Responsabilidade e cidadania

<https://planosdeaula.novaescola.org.br/fundamental/3ano/multicomponentes/quanto-custa-viver/6484>

O planejamento acima é para alunos do 3º ano do Ensino Fundamental, envolvendo habilidades das áreas do conhecimento de matemática e história. O plano aponta diversas características do que já tratamos sobre capital humano, autoempendedorismo e sujeito flexível visto que, ordena e disciplina práticas pedagógicas, apontando o modo de pensar, classificar e hierarquizar do que deve e o que não deve ser aprendido, produzido e regulado.

“O objetivo da pedagogia empreendedora é justamente o de condicionar os indivíduos desde a infância a se conceberem e se comportarem de acordo com tal modelo normativo. Nesse sentido, a pedagogia empreendedora implica uma individualização radical das práticas e objetivos pedagógicos, acarretando a perda de qualquer dimensão de solidariedade e perspectiva de cidadania, na medida em que o cidadão não pode ser apenas aquele que vive para seu mundo privado, seus anseios e sonhos particulares: deve ser aquele que participa da esfera pública...” (ALVES; KLAUSS; LOUREIRO; 2021, p.13).

Os discursos, emanados pelos ordenamentos curriculares, organizam e ordenam o eventual campo de condução da conduta das crianças. Essa condução realizada através de uma pedagogia empreendedora aponta o aluno não somente responsável por sua aprendizagem, gerenciando os investimentos em sua educação e carreira, mas também encarando sua vida familiar e sua relação com a cidadania como empreendimentos (ALVES; KLAUSS; LOUREIRO; 2021).

O passo a passo proposto nas orientações do plano proposto detalha ações e explicações para o professor utilizar com os alunos, objetivando uma melhor realização da aula, e dos propósitos desejados pela revista. O planejamento proposto é voltado a crianças de 8 a 9 anos de idade e tem como temática a educação financeira, que é abordado de uma forma que o aluno sintá-se parte e responsável pela vida financeira da família. O plano objetiva identificar o valor do salário mínimo, reconhecer os gastos mensais de pessoas que convivem na mesma casa, comparar as relações de trabalho e lazer do presente com as de outros tempos e organizar dados de pesquisa em tabelas e resolver situações-problema, em contexto de renda familiar e gastos.

“A Educação Financeira integra a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como um dos temas transversais que deve ser explorado e trabalhado concomitante aos demais componentes curriculares. De acordo com a Base, a Educação Financeira não deve se restringir ao ensino cru de Matemática. “Essa unidade temática favorece um estudo interdisciplinar envolvendo as dimensões culturais, sociais, políticas e psicológicas, além da econômica, sobre as questões do consumo, trabalho e dinheiro”. Pretende-se, com os planos de Educação Financeira, fazer os estudantes refletirem sobre ações individuais e coletivas que podem impactar sua vida e a da sociedade” (REVISTA NOVA ESCOLA, Plano 1, p.2).

Os ideais do neoliberalismo na educação estão intrínsecos com a dissolução de conteúdos e o empobrecimento cultural, pois o que realmente importa não é a qualidade, nem a quantidade de conhecimentos adquiridos, mas sua utilidade ao mercado de trabalho. “O que interessa é a capacidade do trabalhador de continuar aprendendo durante toda a sua vida aquilo que for útil profissionalmente” (LAVAL, 2020, p.72). A seguir apresento o plano de aula 2.

PLANO DE AULA 2: EDUCAÇÃO FINANCEIRA EM PROL DA COMUNIDADE

Assuntos relacionados: Ensino remoto Educação empreendedora

Habilidades BNCC

(EF03HI12) Comparar as relações de trabalho e lazer do presente com as de outros tempos e espaços, analisando mudanças e permanências.

(EF03GE08) Relacionar a produção de lixo doméstico ou da escola aos problemas causados pelo consumo excessivo e construir propostas para o consumo consciente, considerando a ampliação de hábitos de redução, reuso e reciclagem/ descarte de materiais consumidos em casa, na escola e/ou no entorno.

Objetos de conhecimento

Ações individuais e coletivas que beneficiam a comunidade.

Planejamento de ações

Planejamento financeiro para a realização de ações.

Objetivos de aprendizado:

Realizar um levantamento das necessidades coletivas e individuais da comunidade em que vive.

Identificar ações individuais e coletivas que beneficiam a sociedade.

Planejar, a partir das necessidades da comunidade, ações que resolvam essas necessidades.

Elaborar um planejamento financeiro para realizar uma ação na comunidade em que vive.

Competências gerais

1. Conhecimento
2. Pensamento científico, crítico e criativo
4. Comunicação
6. Trabalho e projeto de vida
7. Argumentação
9. Empatia e cooperação
10. Responsabilidade e cidadania

<https://planosdeaula.novaescola.org.br/fundamental/3ano/multicomponentes/educacao-financeiraem-prol-da-comunidade/6485>

O planejamento acima é para alunos do 3º ano do Ensino Fundamental, envolvendo habilidades das áreas do conhecimento de geografia e história. Entre as competências desenvolvidas pelo plano de aula número 2, consta a competência 2:

2.Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas (BRASIL, 2017, p.9).

A competência 2 deseja desenvolver no sujeito-aluno características valorizadas pelo neoliberalismo, isto é, através da reflexão, da análise crítica, da imaginação e da criatividade que o sujeito possa encontrar respostas para resolver problemas impostos a ele, tornando-o assim, mais competente e competitivo. Segundo Gadelha, “o status de cada um é determinado, em última instância, pelo grau de qualidade de capital humano que foram acumulados através da educação” (2009, p.183). A capacidade competente de gerir sua vida individual mediante a interação, em uma sociedade competitiva se torna vital no alinhamento discursivo proposto pela Base e certamente aqui não digo que tal capacidade seja equivocada ou em si maléfica, mas é

importante verificar como o discurso produz verdades. Uma verdade que se quer subjetivada, pois:

“investir no capital humano contemporaneamente passa por investir na sua capacidade pessoal de se aprimorar, não só constantemente, mas subjetivando todas as possibilidades colocadas ao alcance do corpo e da mente”. (SANTAIANA, 2015, p.141)

Entre as atividades propostas pela revista Nova Escola, no planejamento número 2, está analisar o problema da comunidade e pensar como ela pode resolvê-lo, sem necessitar do auxílio ou dinheiro do governo. O objetivo é excluir a responsabilidade do Estado, auto responsabilizando cada sujeito, desenvolvendo assim competências empreendedoras necessárias ao mercado ligadas à "empregabilidade, desenvolvimento de um conjunto de atributos dos sujeitos empreendedores e empreendedorismo social/sustentável" (KLAUS, 2017, p.352).

Dessa maneira, cabe ao professor mediar o conhecimento, desenvolvendo competências que tornem o aluno protagonista, flexível, auto regulado e empreendedor. As características da competência 2 vem ao encontro da pedagogia de projetos, metodologia que tem sido cada vez mais adotada e valorizada por diversas redes de ensino. Conforme Saraiva (2014), a pedagogia dos projetos tem como características principais o trabalho em equipe, temáticas ligadas aos interesses dos alunos, o professor como orientador da aprendizagem e o aluno como responsável central por planejar e executar os projetos.

A seguir, cito parte de uma das etapas do planejamento em que demonstra o professor como mediador e orientador da aprendizagem utilizando metodologias da “chamada ‘pedagogia empreendedora’, que procura utilizar o dispositivo escolar para disseminar a cultura do empreendedorismo entre crianças e jovens” (ALVES; KLAUSS; LOUREIRO; 2021, p.1).

“Que problemas a nossa comunidade enfrenta?
Como poderíamos promover uma ação para ajudar a solucionar esse problema?
Haverá gastos? Como podemos arrecadar dinheiro para suprir esses gastos?
Deixe que os estudantes respondam livremente e anote no quadro os problemas que a comunidade enfrenta, de acordo com a visão deles. Podem ser apresentados problemas como o recolhimento de lixo, a falta de água, o transporte público, as ruas e calçadas esburacadas e, até mesmo, a falta de alimentos e roupas, dependendo da comunidade em que a escola está inserida. Então, entregue a folha de atividade para o grupo discutir e trabalhar. Explique cada uma das linhas da tabela e como elas devem ser

preenchidas. Eles devem fazer o levantamento do problema, pensar na ação que será realizada, nas etapas da ação, se a ação demandará custos e como levantar esse dinheiro, quem irá participar da ação e o tempo entre o início e o término” (REVISTA NOVA ESCOLA, Plano 2, p.5).

Analisando a metodologia do plano, fica visível a proposta de uma pedagogia voltada ao empreendedorismo, no qual o estudante deve responsabilizar-se por sua própria aprendizagem, sabendo que sua formação é permanente, ao longo de toda vida, pois faz parte do ideal empreendedor, “e isso implica adotar uma atitude de aprendiz em todos os espaços e nos diferentes ciclos da vida. Neste caso, mais do que aprender conteúdos, o que importa é desenvolver um conjunto de habilidades...” (ALVES; KLAUSS; LOUREIRO; 2021, p.15).

E por último trago como exemplo um modelo de planejamento também para alunos do 3º ano do Ensino Fundamental, envolvendo habilidades das áreas do conhecimento de matemática, história e geografia.

PLANO DE AULA 3: EMPREENDEDORISMO: APRENDENDO NA PRÁTICA COM A CRIAÇÃO DE UM BAZAR

Assuntos relacionados: Ensino remoto Educação empreendedora

Habilidades BNCC

(EF03MA24) Resolver e elaborar problemas que envolvam a comparação e a equivalência de valores monetários do sistema brasileiro em situações de compra, venda e troca.

(EF03HI12) Comparar as relações de trabalho e lazer do presente com as de outros tempos e espaços, analisando mudanças e permanências.

(EF03GE11) Comparar os impactos das atividades econômicas urbanas e rurais sobre o ambiente físico natural, assim como os riscos provenientes do uso de ferramentas e máquinas.

Objetos de conhecimento

Empreendedorismo.

Planejamento financeiro.

Trabalho e vida.

Objetivos de aprendizado

Organizar um bazar como uma ação empreendedora.

Analisar os impactos das diversas escolhas (financeiras e estruturais) no sucesso ou insucesso de um empreendimento.

Relacionar trabalho, planejamento e resultados.

Competências gerais do conhecimento

2- Pensamento científico, crítico e criativo

4- Comunicação

5- Cultura digital

6- Trabalho e projeto de vida
7- Argumentação
9- Empatia e cooperação
10- Responsabilidade e cidadania

<https://planosdeaula.novaescola.org.br/fundamental/3ano/multicomponentes/empreen dedorismo-aprendendo-na-pratica-com-a-criacao-de-um-bazar/6482>

A governamentalidade neoliberal busca tornar cada sujeito empresário de si, gerindo sua vida como se fosse uma empresa, sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de sua renda (FOUCAULT, 2008, p.311). Competências como apresentadas no item 5 da BNCC, compreender, utilizar, criar, com objetivos de se comunicar, produzir conhecimentos, resolver problemas e ser o protagonista na sua vida pessoal e coletiva, vem ao encontro da produção de um sujeito que, a partir das suas habilidades e competências desenvolvidas, seja capaz de gerenciar sua própria vida, tornando-se um empreendedor da sua própria existência (LOCKMANN, p.90).

5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (BRASIL, 2017, p.9).

Trata-se de instrumentalizar os sujeitos, para que estes possam participar do jogo econômico, estabelecendo relações de concorrência. Para que os sujeitos possam participar dos mecanismos de competição é necessário investimento do próprio sujeito, do Estado, das empresas nas suas habilidades e competências. Assim, o desenvolvimento de habilidades e competências torna-se necessário para qualificar o sujeito empreendedor, para torná-lo cada vez mais competitivo ao jogo do mercado.

O plano de aula número 3 pretende desenvolver no sujeito escolar de aproximadamente 9 anos de idade, através do uso de diferentes ferramentas, competências e habilidades necessárias à Educação Financeira, como planejamento, dinheiro, consumo consciente, entre outras. A metodologia utilizada é sempre de colocar o aluno como autor da sua aprendizagem, e nessa proposta de aula, ele assumir o papel de empreender um bazar, utilizando e analisando diferentes conceitos referentes ao mercado, como: metas iniciais, empreendimento coletivo, planejamento financeiro,

empreendedorismo, crédito financeiro, fornecedor externo, valores de revenda, estratégias de convencimento e divulgação dos produtos, e por fim o planejamento e análise das possibilidades e dificuldades que encontraram durante o caminho, e quais habilidades foram necessárias para contorná-las.

Portanto, “os princípios neoliberais - lógica da concorrência, desempenho e produtividade - em sua interface com as novas relações de trabalho - flexibilidade, empresariamento de si, investimento em capital humano” (KLAUS, 2017, p.354) ficam evidentes no planejamento proposto.

Assim, a BNCC pelo fato de ser uma referência obrigatória na construção dos currículos escolares emerge como um documento que propõe práticas visíveis no gerenciamento das condutas dos sujeitos, que operam no âmbito das subjetividades, mas que, ao mesmo tempo, delineiam quais conhecimentos, atitudes ou performances devem ser privilegiados na composição dos currículos escolares (SILVA, 2015).

“Como a BNCC é de abrangência nacional, ela se consolida como uma estratégia de governo que exerce seu poder para controlar, regular e conduzir a vida dos estudantes, na lógica de determinar os conhecimentos que são necessários para os indivíduos conduzirem suas experiências de vida individuais dentro da coletividade social e serem inseridos na lógica da sociedade capitalista” (GERHARDT; SANTAIANA; 2019, p.4)

Ao longo de toda Base Nacional Comum Curricular, é demonstrado como o neoliberalismo deixou de ser um sistema econômico e tornou-se um modo de vida, moldando um tipo de sujeito que realiza investimentos permanentes em si mesmo. Assim, após todo o estudo desenvolvido ao longo deste trabalho, torna-se perceptível o objetivo do governo e das parcerias empresariais com a BNCC, o de formar sujeitos produtivos, investindo em conhecimentos do mercado e proporcionando desenvolvimento de competências ligadas ao empreendedorismo. Dessa forma ocorre o gerenciamento das condutas dos sujeitos, operando na subjetividade e ao mesmo tempo, impondo quais conhecimentos, atitudes ou performances devem ser privilegiadas na composição dos currículos escolares (SILVA, 2015).

5 PRODUTO FINAL: POSSIBILIDADE FORMATIVA PARA DOCENTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DISCENTES DA UERGS

Finalizando o curso de Mestrado Profissional em Educação, oferecido pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, vejo o quanto é essencial compartilhar o conhecimento adquirido com os pares e com estudantes que desejam tornar-se docentes. Porém, é uma grande responsabilidade pelo fato de, como pesquisadora educacional, propor questionamentos, análises e por que não melhorias para o sistema educacional brasileiro.

Desde o início da minha trajetória como aluna PEC do Mestrado, me considerei uma pessoa privilegiada por poder aprender com um grupo tão qualificado quanto o de docentes da UERGS. Professores que proporcionam novos olhares e questionamentos sobre o que nos é apresentado na educação brasileira, assuntos pelos quais fiquei refletindo sobre a sua devida importância.

Portanto sinto-me honrada em poder compartilhar as aprendizagens construídas ao longo desse processo, visto que tenho como proposta um curso de extensão de vinte horas ao Curso de Pedagogia da UERGS, para que dessa forma, possa contribuir com a formação continuada dos estudantes interessados. Essa formação terá por objetivo estimular os novos professores a refletir sobre as possíveis práticas curriculares instituídas pela BNCC e o seu papel na constituição dos sujeitos, além de compreender a política curricular como uma ação biopolítica, analisando como a BNCC foi construindo-se como proposta curricular nacional, identificando e compreendendo como as competências e habilidades refletem as características neoliberais na BNCC.

As abordagens do Mestrado Profissional em Educação, focalizadas na demanda pelos produtos educacionais, no sentido de tornar os profissionais qualificados para o exercício da prática avançada e transformadora de procedimentos visam atender demandas sociais, organizacionais ou profissionais e do mercado de trabalho.

A partir da análise de práticas curriculares instituídas pela BNCC e o seu papel na constituição dos sujeitos, apresento um produto para uma proposta de implementação inicial do Curso de Extensão para professores dos anos iniciais e estudantes das licenciaturas da UERGS.

2022	Curso de Extensão para estudantes de Pedagogia UERGS	
Nome do curso: Base Nacional Comum Curricular: A Emergência de uma Subjetividade Competente		
Responsável: Jaqueline Aparecida Machado Professora Orientadora: Rochele da Silva Santaiana		Ano Letivo/Semestre: Março de 2023
Carga Horária: 20 horas		
Nº de encontros: 6 4 síncronos e 2 assíncronos		
Dia da semana: sexta-feira à noite e sábado pela manhã		
Formato: Online com encontros síncronos e assíncronos		
Horário: Segunda-feira: 18h30 às 22h (síncronos) Terça-feira: 18h30 às 21h30 (assíncronos)		

Ementa: As questões curriculares inseridas em uma racionalidade neoliberal emergente na educação brasileira. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como um campo de possibilidades para constituição de uma subjetividade que

procura formar sujeitos competentes no bloco da alfabetização.

Objetivo (s):

- Compreender a política curricular como uma ação abrangente;
- Analisar como a BNCC foi construindo-se como proposta curricular nacional;
- Compreender como as competências e habilidades refletem as características neoliberais na BNCC, utilizando como análise o bloco da alfabetização.

Metodologia:

Serão realizadas sessões expositivas-dialogadas, debate sobre os textos indicados e as relações analíticas críticas com a prática pedagógica. Análise de vídeos sobre as temáticas abordadas e dinâmicas em grupo.

Programa:

1. BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: CAMINHOS HISTÓRICOS PARA A EMERGÊNCIA DA BNCC
2. O EMPRESARIAMENTO DA EDUCAÇÃO
3. BNCC: O CURRÍCULO POR MEIO DE COMPETÊNCIAS E HABILIDADES NA ALFABETIZAÇÃO
4. DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA NA INTERLOCUÇÃO COM A BNCC

REFERÊNCIAS:

ALVES, Alexandre, Klaus, Viviane, LOUREIRO, Carine Bueira. **Do sonho à realização**: pedagogia empreendedora, empresariamento da educação e racionalidade neoliberal. Educ. Pesquis., São Paulo, v. 47, e226115, 2021.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Senado, 1988, art. 210.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996, Inciso IV do art. 09, art. 26.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação 2014-2024 e dá outras providências. Senado Federal:

Brasília, 2014, Meta 2 (estratégias 2.1 e 2.2), meta 3 e meta 7 (estratégia 7.1).

BRASIL. Ministério da **Educação**. Secretaria de **Educação Básica**. Diretoria de Currículos e **Educação** Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013, art. 14.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. 1ª Versão. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. 2ª Versão. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, 2017. Capítulo 1. Introdução, p. 7 - 21.

CAETANO, Maria Raquel. **A Base Nacional Comum Curricular e os sujeitos que direcionam a política educacional brasileira**. Contrapontos, Itajaí, vol.19, n.2, p.132-141, jan-dez. 2019.

CAETANO, Maria Raquel. **Agora o Brasil tem uma Base! A BNCC e as influências do setor empresarial. Que base?** Educação em Revista, Marília, v.21, n. 02, p.65-82, 2020.

CESAR, Maria Rita. **(Des)governos: biopolítica, governamentalidade e educação contemporânea**. ETD – Educ. Tem. Dig., Campinas, v.12, n.1, p.224-241, jul./dez. 2010.

GADELHA, Sylvio. **Governamentalidade neoliberal, Teoria do Capital Humano e Empreendedorismo**. Educação & Realidade, Porto Alegre: Faced/ UFRGS, v.34, n.2, maio/ago. 2009.

GERHARDT, Cláudio; SANTAIANA, Rochelle da Silva. **A BNCC como Estratégia de Governo da educação Brasileira**. 8º SBECE/5º SIECE | 25 a 27 de junho de 2019.

IHU ON LINE. **Base Comum Curricular, um instrumento da biopolítica**. Entrevista com o Silvio Gallo. EDIÇÃO 516 | 04 DEZEMBRO 2017.
<https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/7148-base-comum-curricular-um-instrumento-da-biopolitica>.

LAVAL, Christian. **A Escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. São Paulo: Boitempo, 2019.

MACEDO, Elizabeth Fernandes. **Fazendo a Base virar realidade: competências e o germe da comparação**. Retratos da Escola, Brasília, v.13, n.25, p.39-58, jan./mai. 2019.

MASSCHELEIN, Jan; SIMONS, Marteen. Em defesa da escola: uma questão pública. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

SARAIVA, Karla; VEIGA-NETO, Alfredo. **Modernidade Líquida, Capitalismo Cognitivo e Educação Contemporânea**. Educação e Realidade, Porto Alegre: Faced/UFRGS. v. 34, n. 2, maio/ago. 2009.

SILVA, Roberto Rafael Dias da. **Educação, governamentalidade e neoliberalismo: contribuições foucaultianas para o estudo das políticas de currículo**. Educação e

Filosofia Uberlândia, v. 29, n. 57, p. 199 - 223, jan./jun. 2015.

TRAVERSINI, Clarice S.; MELLO, Darlize T. **A Base Nacional Comum Curricular: olhares sobre os desafios da implementação do currículo nacional normativo em vigor no Brasil.** Textura, v.22, n. 50, p.3-18, abr/jun 2020.

Cronograma/Conteúdo Programático:

Data	Nº da Aula	Assunto
Março	01 Síncrono segunda-feira 20/03 18h30 às 22h	<p>Apresentação da proposta para os participantes do componente. Organização dos encontros, abordagens que serão estudadas em cada aula.</p> <p>- Entendimentos do que é a BNCC e sua importância na discussão curricular do país.</p> <p>- Texto base:</p> <p>BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Senado, 1988, art. 210.</p> <p>BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996, Inciso IV do art. 09, art. 26.</p> <p>BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação 2014-2024 e dá outras providências. Senado Federal: Brasília, 2014, Meta 2 (estratégias 2.1 e 2.2), meta 3 e meta 7 (estratégia 7.1).</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013, art. 14.</p> <p>Jaqueline Machado e RocheleSantaiana</p>
Março	02 Assíncrono Terça-feira 21/03	<p>- A Base Nacional Comum Curricular: caminhos históricos para a sua emergência.</p> <p>Textos base:</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. 1ª Versão. 2015.</p>

Cronograma/Conteúdo Programático:		
	19h às 22h	<p>BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. 2ª Versão. 2016.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília, 2017. Capítulo 1. Introdução, p. 7 - 21.</p> <p>CAETANO, Maria Raquel. Agora o Brasil tem uma Base! A BNCC e as influências do setor empresarial. Que base? Educação em Revista, Marília, v.21, n. 02, p.65-82, 2020.</p> <p>IHU ON LINE. Base Comum Curricular, um instrumento da biopolítica. Entrevista com o Silvio Gallo. EDIÇÃO 516 04 DEZEMBRO 2017. https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/7148-base-comum-curricular-um-instrumento-da-biopolitica.</p> <p>Vídeo base: Quais são os avanços e retrocessos da terceira versão da Base Nacional Curricular? https://youtu.be/USrS-faI6sQ</p> <p>Material a ser disponibilizado no Moodle institucional UERGS para os participantes compondo leitura e vídeos referenciais.</p> <p>Jaqueline Machado e RocheleSantaiana</p>
Março	03 Síncrono Segunda-feira 27/03/2023	<p>- A Base Nacional Comum Curricular: caminhos históricos para a sua emergência.</p> <p>Textos base:</p> <p>MACEDO, Elizabeth Fernandes. Fazendo a Base virar realidade: competências e o germe da comparação. Retratos da Escola, Brasília, v.13, n.25, p.39-58, jan./mai. 2019.</p> <p>TRAVERSINI, Clarice S.; MELLO, Darlize T. A Base Nacional Comum Curricular: olhares sobre os desafios da implementação do currículo nacional normativo em vigor no Brasil. Textura, v.22, n. 50, p.3-18, abr/jun 2020.</p> <p>Material a ser disponibilizado no Moodle institucional</p>

Cronograma/Conteúdo Programático:		
		<p>UERGS para os participantes compondo leitura e vídeos referenciais.</p> <p>- Convidada Professora Me. Andrea Santos.</p>
Março	<p>04 Síncrono</p> <p>Segunda-feira</p> <p>03/04/2023</p> <p>18h30 às 22h</p>	<p>- O empresariamento da educação</p> <p>Textos base:</p> <p>ALVES, Alexandre, Klaus, Viviane, LOUREIRO, Carine Bueira. Do sonho à realização: pedagogia empreendedora, empresariamento da educação e racionalidade neoliberal. Educ. Pesquis., São Paulo, v. 47, e226115, 2021.</p> <p>CAETANO, Maria Raquel. A Base Nacional Comum Curricular e os sujeitos que direcionam a política educacional brasileira. Contrapontos, Itajaí, vol.19, n.2, p.132-141, jan-dez. 2019.</p> <p>LAVAL, Christian. A Escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo, 2019.</p> <p>Material a ser disponibilizado no Moodle institucional UERGS para os participantes compondo leitura e vídeos referenciais.</p> <p>Jaqueline Machado e RocheleSantaiana</p>
Março	<p>05 Assíncrono</p> <p>Terça-feira</p> <p>04/04/2023</p> <p>19h às 22h</p>	<p>- BNCC: o currículo por meio de competências e habilidades na alfabetização</p> <p>Textos base:</p> <p>GADELHA, Sylvio. Governamentalidade neoliberal, Teoria do Capital Humano e Empreendedorismo. Educação & Realidade, Porto Alegre: FAGED/UFRGS, v.34, n.2, maio/ago. 2009.</p> <p>GERHARDT, Cláudio; SANTAIAANA, Rochelle da Silva. A BNCC como Estratégia de Governo da educação Brasileira. 8º SBECE/5º SIECE 25 a 27 de junho de 2019.</p> <p>CESAR, Maria Rita. (Des)governos: biopolítica,</p>

Cronograma/Conteúdo Programático:		
		<p>governamentalidade e educação contemporânea. ETD – Educ. Tem. Dig., Campinas, v.12, n.1, p.224-241, jul./dez. 2010.</p> <p>Material a ser disponibilizado no Moodle institucional UERGS para os participantes compondo leitura e vídeos referenciais.</p> <p>Jaqueline Machado e RocheleSantaiana</p>
Março	<p>06 Síncrono</p> <p>Segunda-feira</p> <p>18h30 às 22h</p>	<p>- Propostas pedagógicas da BNCC e alfabetizadores nos anos iniciais.</p> <p>- Roda de Conversa com os docentes sobre o que eles vêm produzindo e construindo em torno e com a BNCC.</p> <p>Textos base: SARAIVA, Karla; VEIGA-NETO, Alfredo. Modernidade Líquida, Capitalismo Cognitivo e Educação Contemporânea. Educação e Realidade, Porto Alegre: Faced/UFRGS. v. 34, n. 2, maio/ago. 2009.</p> <p>SILVA, Roberto Rafael Dias da. Educação, governamentalidade e neoliberalismo: contribuições foucaultianas para o estudo das políticas de currículo. Educação e Filosofia Uberlândia, v. 29, n. 57, p. 199 - 223, jan./jun. 2015.</p> <p>Material a ser disponibilizado no Moodle institucional UERGS para os participantes compondo leitura e vídeos referenciais.</p> <p>Jaqueline Machado e RocheleSantaiana</p>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegou o momento das últimas considerações, o instante de repensar as análises realizadas e avaliar todo aprendizado construído. Nesta conjuntura, poderia-se dizer que é um momento tranquilo e libertador, mas não é tão simples assim. A pesquisa tornou-se minha fiel escudeira em momentos de muitos questionamentos, desafios e aprendizagens vividas. O próprio exercício constante de retomar às escritas me colocava em um lugar de análise, me fazendo avançar e retomar meus questionamentos. Hoje, a “autora” que me tornei é completamente diferente da que iniciou a escrever essas páginas, pois escrita é movimento, é conhecimento, é inquietação e sei que se fosse iniciar novamente essa pesquisa, seria com outro olhar. Assim, acredito que muitas outras tarefas, pesquisas e reflexões ainda podem ser realizadas sobre este assunto, visto a importância que tem na subjetivação e condução das condutas das crianças.

Olhando para meu estudo, percebo as escolhas que me permitiram estudar a noção de competência apresentada na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e como ela compõe um campo de possibilidades para constituição de uma subjetividade que procura formar sujeitos competentes no bloco da alfabetização, relacionando assim questões curriculares a uma racionalidade neoliberal emergente na educação brasileira. Em decorrência de todo esse processo posso dizer que é possível externar algumas aprendizagens construídas para isso e considero importante retornar à problematização inicial que impulsionou toda a escrita desta dissertação: Como a noção de competência apresentada na BNCC compõe um campo de possibilidades para constituição de uma subjetividade que procura formar sujeitos competentes no bloco da alfabetização?

Dessa forma, fundamentar meu trabalho com as teorias e ferramentas de Michel Foucault e de importantes autores que embasam suas pesquisas nele, como Alfredo Veiga-Neto e Christian Laval foi um grande privilégio, pois Foucault inquieta, incomoda, ele apresenta novas lentes para ver e tensionar as verdades absolutas apresentadas a população em geral.

Longe de afirmar que encontrei a resposta integral para minha problematização, posso elencar algumas possibilidades que a pesquisa me fez aprofundar. Penso que uma base curricular voltada para a formação de crianças e

adolescentes competentes encontra relações de força, poder e saber na emergência da racionalidade neoliberal na educação (SANTAIANA, 2015). Assim, pensando a BNCC como documento normativo e regulador de todo o currículo da Educação Básica e analisando toda caminhada que desenvolvi através da pesquisa, apresento conclusões para o meu questionamento inicial.

A partir do final do século XX, com a emergência do capital humano e do sujeito empreendedor como valores sociais, elaborar um currículo voltado a essa formação tornou-se primordial, pois conduz a conduta de crianças e jovens através de uma pedagogia empreendedora. Em nosso país, a temática de um currículo nacional já era solicitada através de documentos legais desde a Constituição de 1988, depois com a Lei de Diretrizes e Bases (1996), as Diretrizes Curriculares Nacionais (2010) e o Plano Nacional de Educação (2014). Dessa forma, a emergência da BNCC (3 versões) ocorreu através de uma caminhada marcada por disputas, tensionando sua organização, finalidade e objetivos. Assim, em 2014, o Ministério da Educação (MEC) convida especialistas de universidades e associações de educadores para elaborar a primeira versão da BNCC. Ao longo do período de construção da BNCC, movimentos empresariais articularam-se a profissionais e pesquisadores da educação no Movimento pela Base Nacional Comum Curricular (MPB), coordenado pela Fundação Lemann. O Movimento retoma a parceria público-privado e aponta características de uma privatização na educação, tendo como um dos objetivos facilitar a elaboração de uma “base de qualidade”, promovendo debates, produzindo estudos e pesquisas e investigando casos de sucesso em vários países (CAETANO, 2020). Porém essa parceria público-privado objetiva formar um aluno flexível, empreendedor, autônomo, que assume responsabilidade por seu sucesso e/ou fracasso, características essas que a ótica neoliberal deseja em seus sujeitos.

Através da ótica neoliberal, a educação não apenas necessita colaborar com a economia, ela deve se submeter plenamente à lógica econômica, sendo uma atividade com custo e retorno, se assemelhando a uma mercadoria. A escola deve sujeitar-se à razão econômica, justificando-se apenas pelo serviço que deve prestar às empresas e à economia, formando o homem flexível e o trabalhador autônomo, empreendedor, que tenha competências e habilidades para a competitividade econômica. O ensino passa a ser visto como um grande mercado que deve fornecer subsídios para que o indivíduo possa investir em conhecimentos economicamente valorizáveis, isto é, no seu capital humano. Assim, o papel da educação muda, como sua organização e referências, pois “a

razão de ser da instituição escolar não se encontra mais na distribuição mais igual possível do conhecimento, mas nas lógicas da produtividade e da rentabilidade” (LAVAL, 2019, p.68).

Até a segunda versão da BNCC, o conceito de competência não havia sido utilizado, sendo a Base estruturada em torno de direitos e objetivos de aprendizagem. A mudança foi justificada pelo MEC pelo conceito de competência já estar presente na LDB e na maioria das propostas curriculares feitas nas últimas décadas no Brasil. Ao tomar o conceito de competência como central na BNCC, a política curricular brasileira assume seus vínculos com movimentos internacionais, que sob liderança da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) colocam em prática ações importantes para o neoliberalismo, como avaliações comparativas internacionais, aprendizado ao longo da vida, objetivando a produção do capital humano. A versão definitiva do documento, incorpora o conceito da privatização na educação, quando na sua reformulação (da 1ª e 2ª versões para a 3ª versão) apresenta forte influência das instituições empresariais e seus valores e objetivos incorporados no documento.

A BNCC, envolvendo todas as etapas da educação básica, pode ser vista como um documento ordenador e disciplinador das práticas pedagógicas, apontando o modo de pensar, classificar e hierarquizar o que deve e o que não deve ser aprendido, produzindo e regulando subjetividades. Entre seus objetivos está o de criar/moldar o sujeito-cliente. Esse sujeito vive efeitos da função disciplinadora e da lógica de controle no cotidiano escolar. O ensino por competências objetiva preparar o sujeito-cliente a ser mais competitivo e eficaz em suas escolhas de consumo. Assim a BNCC, através da lógica das competências, procura moldar o sujeito-cliente neoliberal, tornando-o também mais competitivo para o mercado de trabalho.

Portanto, a BNCC voltada para o desenvolvimento de competências e habilidades, como estratégia de governo da educação básica brasileira, coopera com os jogos de produção dos saberes e poderes de subjetivação no governo da população em idade escolar. Através dos exemplos trazidos na pesquisa, como os planos de aula propostos pela Associação Nova Escola, pode-se analisar as competências e habilidades no planejamento diário dos professores.

Os planejamentos propostos na pesquisa são para turmas do 3º ano, envolvendo de uma forma geral habilidades das áreas do conhecimento de matemática, história e geografia. As temáticas envolvem princípios neoliberais como empreendedorismo, educação financeira, concorrência, produtividade, desempenho, empresariamento de si

mesmo e investimento em capital humano, deixando evidente a lógica de mercado na educação.

Os planos de aula utilizados como exemplo durante a pesquisa trabalham com a intenção de instrumentalizar os sujeitos, para que estes possam participar do jogo econômico, estabelecendo relações de concorrência. Para que os sujeitos possam participar dos mecanismos de competição é necessário investimento do próprio sujeito, do Estado, das empresas nas suas habilidades e competências. Assim, o desenvolvimento de habilidades e competências torna-se necessário para qualificar o sujeito empreendedor, para torná-lo cada vez mais competitivo ao jogo do mercado.

Dessa forma, os discursos oriundos dos currículos, organizam o eventual campo de condução da conduta das crianças. Essa condução realizada através de uma pedagogia empreendedora aponta o aluno não somente responsável por sua aprendizagem, gerenciando os investimentos em sua educação e carreira, mas também encarando sua vida familiar e sua relação com a cidadania como empreendimento.

Assim, a Base Nacional Comum Curricular demonstra ao longo de seu documento, como o neoliberalismo deixou de ser um sistema econômico e tornou-se um modo de vida, moldando um tipo de sujeito empreendedor, flexível, voltado às suas demandas individuais, e não por uma lógica de igualdade e solidariedade. Dessa forma ocorre o gerenciamento das condutas dos sujeitos, operando na subjetividade e ao mesmo tempo, impondo quais conhecimentos, atitudes ou performances devem ser privilegiadas na composição dos currículos escolares.

REFERÊNCIAS

ALVES, Alexandre, Klaus, Viviane, LOUREIRO, Carine Bueira. **Do sonho à realização: pedagogia empreendedora, empresariamento da educação e racionalidade neoliberal.** Educ. Pesquis., São Paulo, v. 47, e226115, 2021.

ANDRADE, Maria Carolina Pires. **Base Nacional Comum e Novo Ensino Médio: expressões do empresariamento da educação de novo tipo em meio à crise orgânica do capitalismo brasileiro.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, p.358, 2020.

ASSOCIAÇÃO NOVA ESCOLA. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/18425/a-revista-do-professor-esta-em-transformacao>
<https://novaescola.org.br/conteudo/20344/sobre-os-planos-de-aula>

AVELINO, Nildo. **Foucault e a racionalidade (neo) liberal.** Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, nº21, p.227- 284, 2016.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação 2014-2024 e dá outras providências. Senado Federal: Brasília, 2014.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 03 AGOSTO. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 03 agosto 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** 1ª Versão. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** 2ª Versão. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Brasília, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

CAETANO, Maria Raquel. **A Base Nacional Comum Curricular e os sujeitos que direcionam a política educacional brasileira.** Contrapontos, Itajaí, vol.19, n.2, p.132-141, jan-dez. 2019.

CAETANO, Maria Raquel. **Agora o Brasil tem uma Base! A BNCC e as influências do setor empresarial. Que base?** Educação em Revista, Marília, v.21, n. 02, p.65-82, 2020.

CESAR, Maria Rita. **(Des)governos: biopolítica, governamentalidade e educação contemporânea.** ETD – Educ. Tem. Dig., Campinas, v.12, n.1, p.224-241, jul./dez. 2010.

CENTENARO, Junior Bufon. **Políticas Educacionais e a formação de cidadãos razoáveis: Uma análise reflexiva das competências gerais da BNCC.** Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação – FAED, da Universidade de Passo Fundo – UPF/Dissertação/2019.

CIERVO, Tássia Joana Rodrigues. **A centralidade das competências socioemocionais nas políticas curriculares contemporâneas no Brasil.** Programa de pós-graduação na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS/2019.

CORTINAZ, Tiago. **A construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o Ensino Fundamental e sua relação com os conhecimentos escolares.** Tese (Doutorado em Educação) Programa de pós-graduação - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019).

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber.** 6.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** 18. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2017.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso.** 24. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica.** Curso no Collège de France. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Tecnologias de Si.** Revista Verve, 6: 321-360, PUC/ São Paulo, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade.** Curso no Collège de France. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população.** Curso no Collège de France. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GADELHA, Sylvio. **Biopolítica, Governamentalidade e educação: introdução e conexões a partir de Michel Foucault.** Belo Horizonte, 2016.

GADELHA, Sylvio. **Governamentalidade neoliberal, Teoria do Capital Humano e Empreendedorismo.** Educação & Realidade, Porto Alegre: FAGED/ UFRGS, v.34, n.2, maio/ago. 2009.

GERHARDT, Cláudio; SANTAIANA, Rochelle da Silva. **A BNCC como Estratégia de Governo da educação Brasileira.** 8º SBECE/5º SIECE | 25 a 27 de junho de 2019.

<https://www.2019.sbece.com.br › downloadpublic>

KLAUS, Viviane. **Empresariamento da Educação em tempos de capitalismo flexível: análise de parcerias escola/empresa no RS.** Educação Unisinos, São Leopoldo, v.21, n.3, set.-dez. 2017.

IHU ON LINE. **Base Comum Curricular, um instrumento da biopolítica.** Entrevista com o Silvio Gallo. EDIÇÃO 516 | 04 DEZEMBRO 2017.

<https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/7148-base-comum-curricular-um-instrumento-da-biopolitica>.

LAVAL, Christian. **A Escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público.** São Paulo: Boitempo, 2019.

LOCKMANN, Kamila. **Governamentalidade neoliberal fascista e o direito à educação.** Práxis Educativa, Ponta Grossa, v.15, p.1-18,2020.

LOCKMANN, Kamila. **A proliferação das políticas de assistência social na educação escolarizada: estratégias da governamentalidade neoliberal.** Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós- Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2013.

MACEDO, Elizabeth Fernandes. **Fazendo a Base virar realidade: competências e o germe da comparação.** Retratos da Escola, Brasília, v.13, n.25, p.39-58, jan./mai. 2019.

MACHADO, Vinícius Oliveira. **Crítica ao esvaziamento do currículo de História: a BNCC e à pedagogia das competências.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de pós-graduação da Universidade Federal do Espírito Santo Centro de Educação, Espírito Santo, 2019.

MIGUEL, Iván G Silva; TOMAZETTI, Elisete M. **As competências no Sistema Educativo Contemporâneo: estratégias da governamentalidade neoliberal.** Políticas Educativas, Porto Alegre, v.7, n.1, p.43-59, 2013.

OLIVEIRA, Priscila Oletto. **A Base Nacional Comum Curricular: um instrumento curricular contemporâneo de gestão pedagógica performativa.** Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de pós-graduação - Universidade Federal do Rio Grande, FURG, 2020.

PEGORARO, Ludimar (Orgs.) **Dilemas da educação brasileira em tempos de globalização neoliberal: entre o público e o privado.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

PERRENOUD, P. **Construir as Competências desde a Escola.** 1. Ed. Porto Alegre: Artmed, v. ISBN: 85-7307-574-0, 1999.

SANTAIANA R. da S. **Educação Integral no Brasil: a emergência do dispositivo de intersectorialidade.** Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

SARAIVA, Karla. **A aliança biopolítica educação-trabalho.** Pro-Posições | v. 25, n. 2 (74) | p. 139-156 | maio/ago. 2014.

SARAIVA, Karla; VEIGA-NETO, Alfredo. **Modernidade Líquida, Capitalismo Cognitivo e Educação Contemporânea.** Educação e Realidade, Porto Alegre: Faced/UFRGS. v. 34, n. 2, maio/ago. 2009.

SILVA, Roberto Rafael Dias da. **Educação, governamentalidade e neoliberalismo: contribuições foucaultianas para o estudo das políticas de currículo.** Educação e Filosofia Uberlândia, v. 29, n. 57, p. 199 - 223, jan./jun. 2015.

SANTOS, Gabriela Oliveira. **O líder em mim: uma nova estratégia neoliberal na escola e seus efeitos na condução das ações docentes.** Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de pós-graduação - Universidade Federal do Rio Grande, FURG, 2020.

TEDESCHI, Sirley L.; PAVAN, Ruth. **A produção do conhecimento em educação: o Pós-estruturalismo como potência epistemológica.** Práxis Educativa, Ponta Grossa, v.12, n.3, p. 772-787, set/dez. 2017.

TRAVERSINI, Clarice S.; MELLO, Darlize T. **A Base Nacional Comum Curricular: olhares sobre os desafios da implementação do currículo nacional normativo em vigor no Brasil.** Textura, v.22, n. 50, p.3-18, abr/jun 2020.

VEIGA NETO, Alfredo. **Didática e as experiências de sala de aula: uma visão pós-estruturalista.** Educação e Realidade, v. 21, n. 2, 2017.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Educação e governamentalidade neoliberal: novos dispositivos, novas subjetividades.** In: PORTOCARRERO, Vera; CASTELO BRANCO, Guilherme. (Org.), Retratos de Foucault. Rio de Janeiro: NAU,2000.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Governo ou Governmento.** Currículo sem Fronteiras, v.5, jul/dez, 2005.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Neoliberalismo e Educação: os desafios do precariado.** In: RESENDE, Haroldo. (org.). Michel Foucault: a arte neoliberal de governar e a educação. São Paulo: Intermeios. 2018.